

Manual de linguística portuguesa

MRL 16

Manuals of Romance Linguistics

Manuels de linguistique romane

Manuali di linguistica romanza

Manuales de lingüística románica

Edited by

Günter Holtus and Fernando Sánchez Miret

Volume 16

Manual de linguística portuguesa

Editado por
Ana Maria Martins e Ernestina Carrilho

DE GRUYTER

ISBN 978-3-11-037448-3
e-ISBN (PDF) 978-3-11-036884-0
e-ISBN (EPUB) 978-3-11-039432-0

Library of Congress Cataloging-in-Publication Data

A CIP catalog record for this book has been applied for at the Library of Congress.

Bibliographic information published by the Deutsche Nationalbibliothek

The Deutsche Nationalbibliothek lists this publication in the Deutsche Nationalbibliografie; detailed bibliographic data are available in the Internet at <http://dnb.dnb.de>.

© 2016 Walter de Gruyter GmbH, Berlin/Boston

Cover image: © Marco2811/fotolia

Typesetting: jürgen ullrich typesatz, Nördlingen

Printing and binding: CPI books GmbH, Leck

♻️ Printed on acid-free paper

Printed in Germany

www.degruyter.com

Agradecimentos

As editoras do volume expressam o seu especial agradecimento aos editores da coleção *MRL*, Günter Holtus e Fernando Sánchez Miret, pela proposta inicial, pelo cuidado das suas leituras e pelos comentários, constantes ao longo da composição deste Manual, e a todos os autores, por terem tornado possível, além de agradável e muito estimulante, este projeto conjunto. Agradecem também a Mélanie Pereira o apoio na preparação do índice remissivo, a Wolfgang Konwitschny o cuidado na produção final do livro e a Christine Henschel o constante auxílio, incentivo e otimismo em todas as fases da produção deste Manual.

Manuais de Linguística Românica

A série Manuais de Linguística Românica (*MRL: Manuals of Romance Linguistics*) é uma novidade em termos de manuais internacionais que oferece um panorama abrangente, sistemático e atual do campo da Romanística.¹

Os *MRL* pretendem atualizar e expandir os conteúdos de duas grandes obras de referência anteriores: o *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)* (1988–2005, vol. 1–8) e a *Romanische Sprachgeschichte (RSG)* (2003–2008, vol. 1–3). Procura-se igualmente que integrem novas linhas de investigação, bem como alguns tópicos que, até hoje, não tenham sido alvo de uma exploração sistemática.

Uma vez que a revisão completa do *LRL* e da *RSG* não era um empreendimento facilmente executável, ou pelo menos não o seria em tempo útil, os editores dos *MRL* optaram por uma abordagem mais flexível, num formato por módulos.

A série vai incluir 60 volumes, aproximadamente, cada um com uma extensão de 400 a 600 páginas e com 15 a 30 capítulos. Cada volume centrar-se-á nos aspetos mais essenciais do respetivo tópico, adotando um registo claro e estruturado. Enquanto elementos de uma série, os volumes vão cobrir todo o campo da Linguística Românica atual, o que não os impede de funcionarem também individualmente. Dado que a tarefa de produzir cada um dos volumes dos *MRL* é significativamente mais leve do que seria a produção de uma grande obra de referência ao estilo do *LRL*, torna-se também mais fácil considerar aqui os modernos desenvolvimentos e sentidos de investigação em linguística, mesmo os muito recentes.

As línguas de publicação dos *MRL* são o francês, o espanhol, o italiano, o inglês e, em casos excecionais, o português. Cada volume será escrito, de maneira consistente, em uma só dessas línguas, sendo que para cada caso a escolha da língua depende do tópico selecionado. Nesse sentido, o inglês é a língua dos volumes com tópicos de relevância mais geral, que ultrapassam o âmbito da Romanística, como é o caso do *Manual of Language Acquisition* ou do *Manual of Romance Languages in the Media*.

Cada volume tem um de dois focos possíveis: ou (1) uma língua em particular ou (2) um campo específico de investigação. Os volumes que pertencem ao primeiro tipo, *i.e.*, que dizem respeito a cada uma das línguas românicas, incluindo os crioulos de base românica, têm existência individual. Haverá a preocupação em dar destaque às línguas mais pequenas (*linguae minores*), até hoje tratadas só superficialmente por outras obras de referência. Os *MRL* terão, assim, volumes dedicados ao friulano, ao corso, ao galego e ao latim vulgar, entre outras línguas. Haverá também um *Manual of Judaeo-Romance Linguistics and Philology*. Os volumes do segundo tipo reservam-se para a apresentação sistemática de todas as áreas, as tradicionais e as modernas, da Linguística Românica. Quanto aos seus métodos, esses serão discutidos num volume

¹ Os editores da coleção e a editorial De Gruyter agradecem à colega Rita Marquilhas pela tradução desta introdução a partir da versão inglesa.

em separado. As linhas e os campos de investigação mais novos e mais dinâmicos, mais uma vez, revestirão um interesse muito particular, até porque as obras de referência mais antigas não os trataram, ou só o fizeram superficialmente, em contraste com o que acontece na investigação e no ensino da atualidade. Assim, os *MRL* incluirão volumes como estes: *Grammatical Interfaces*, *Youth Language Research*, *Urban Varieties*, *Computational Linguistics*, *Neurolinguistics*, *Sign Languages* ou *Forensic Linguistics*. Cada volume vai conter uma visão panorâmica estruturada, informativa e acessível da história e dos desenvolvimentos recentes de cada uma destas áreas.

Foi-nos muito grato termos podido contar com a colaboração de colegas de craveira internacional, oriundos de uma grande variedade de países de língua românica, e não só, que aceitaram colaborar na série e editar volumes individuais dos *MRL*. A série vai conseguir sintetizar o estado atual do conhecimento em Linguística Românica e apresentar muita informação nova e muitas descobertas recentes precisamente graças à competência dos editores dos volumes individuais, que os conceberam, estruturaram e desenvolveram por meio de convites que decidiram endereçar aos autores mais apropriados.

No seu conjunto, a série dos *MRL* apresentará um panorama simultaneamente abrangente e atual da disciplina, oferecendo a qualquer leitor um leque de informações interessantes e pertinentes, orientações úteis, uma cobertura detalhada de tópicos muito específicos e uma visão de conjunto do que é hoje a Linguística Românica. Acreditamos que a série é capaz de oferecer uma abordagem refrescante e inovadora, ao nível do que tem sido o avanço constante da nossa disciplina.

Günter Holtus (Lohra/Göttingen)

Fernando Sánchez Miret (Salamanca)

Julho 2016

Índice

Ana Maria Martins

- 1 Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa — 1**

Parte 1: Visões gerais

Tjerk Hagemeijer

- 2 O português em contacto em África — 43**

Hugo C. Cardoso

- 3 O português em contacto na Ásia e no Pacífico — 68**

Celeste Rodrigues

- 4 Variação sociolinguística — 98**

Ana Isabel Mata e Helena Moniz

- 5 Prosódia, variação e processamento automático — 116**

Maria Antónia Mota

- 6 Morfologia nas interfaces — 156**

Raquel Amaro e Sara Mendes

- 7 Lexicologia e linguística computacional — 178**

João Paulo Silvestre

- 8 Lexicografia — 200**

Amália Mendes

- 9 Linguística de corpus e outros usos dos corpora em linguística — 224**

Rita Marquilhas e Iris Hendrickx

- 10 Avanços nas humanidades digitais — 252**

João Costa, Maria João Freitas e Anabela Gonçalves

- 11 Linguística clínica: alguns dados sobre o português — 278**

Telmo Mória

- 12 Semântica e pragmática — 308**

Armanda Costa

- 13 Psicolinguística e ciência cognitiva — 336**

Parte 2: Tópicos de sintaxe, semântica e fonologia

Ana Maria Martins e João Costa

- 14 Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos; objetos antepostos — 371**

Ana Maria Martins

- 15 A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia — 401**

João Costa, Alexandra Fiéis e Maria Lobo

- 16 A aquisição dos pronomes clíticos no português L1 — 431**

Inês Duarte, Ana Lúcia Santos e Anabela Gonçalves

- 17 O infinitivo flexionado na gramática do adulto e na aquisição de L1 — 453**

Maria Lobo

- 18 O gerúndio flexionado no português dialetal — 481**

Madalena Colaço

- 19 Especificidades das estruturas de coordenação: padrões de concordância — 502**

Anabela Gonçalves, Ernestina Carrilho e Sandra Pereira

- 20 Predicados complexos numa perspetiva comparativa — 523**

Maria Lobo

- 21 Sujeitos nulos: gramática do adulto, aquisição de L1 e variação dialetal — 558**

Ana Maria Martins

- 22 O sistema responsivo: padrões de resposta a interrogativas polares e a asserções — 581**

Rui Marques

- 23 O modo conjuntivo — 610**

João Veloso

- 24 O sistema vocálico e a redução e neutralização das vogais átonas — 636**

Maria João Freitas

25 A sílaba na gramática do adulto e na aquisição de língua materna — 663

Lista de autores — 689

Índice remissivo — 693

Ana Maria Martins

1 Introdução: O português numa perspetiva diacrónica e comparativa

Abstract: Depois de uma breve apresentação da estrutura do *Manual de Linguística Portuguesa*, identificam-se neste capítulo as principais mudanças linguísticas que, ao longo do tempo, reconfiguraram a língua portuguesa, nos planos da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica lexical (ou outras vertentes da evolução do léxico). Em articulação com a perspetiva diacrónica, mostra-se, de forma ilustrativa e com remissões para outros capítulos do *Manual*, que consequências tiveram esses processos de mudança linguística relativamente à variação dialetal e sociolinguística do português europeu, à definição de áreas geolinguísticas em território português e ao afastamento ou aproximação entre o português e outras línguas românicas ou entre o português europeu e o português brasileiro.

Keywords: diacronia, variação dialetal, gramática histórica, fonologia e morfologia, sintaxe e semântica

1 Prólogo

O *Manual de Linguística Portuguesa* oferece uma visão de conjunto, mas também focada em aspetos particulares, do estado atual da investigação em linguística portuguesa, combinando abordagens panorâmicas com análises em profundidade de tópicos selecionados. O manual articula de forma integrada dados sincrónicos e diacrónicos, do português padrão e do português dialetal, da gramática do adulto e da aquisição de língua materna, com o objetivo de permitir um conhecimento abrangente de propriedades gramaticais características do português, usando os métodos, teorias e orientação comparativa da linguística contemporânea. Uma vez que a coleção *Manuals of Romance Linguistics* (MRL) incluirá um volume especificamente dedicado ao português brasileiro (MRL 21), o presente volume (MRL 16) tem por objeto o português europeu, com referências ocasionais ao português brasileiro.¹

Os capítulos panorâmicos do *Manual* cobrem áreas da linguística que registaram um crescimento significativo nas últimas décadas, no âmbito da investigação em linguística portuguesa, tais como o contacto de línguas (particularmente em África e na Ásia), os estudos de prosódia, as abordagens computacionais do léxico, as huma-

¹ A investigação para esta publicação foi suportada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do projeto WOChWEL (PTDC/CLE-LIN/121707/2010) e do financiamento UID/LIN/00214/2013 ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

nidades digitais, a linguística de corpus, a linguística clínica e a ciência cognitiva, a par de áreas mais tradicionais mas com novos desenvolvimentos, como a morfologia, a semântica e a pragmática. A área da sociolinguística tem sido pouco cultivada na esfera do português europeu (em contraponto flagrante com o português brasileiro – uma interessante questão para a historiografia linguística); o capítulo dedicado à variação sociolinguística revela que passos têm sido dados para alterar esta tendência. Outras áreas da linguística teriam pleno cabimento na parte do *Manual* dedicada às visões panorâmicas (Parte I), tendo em conta o seu dinamismo e impacto na investigação contemporânea em linguística portuguesa. A decisão de não incluir no *Manual* capítulos panorâmicos sobre a aquisição da linguagem e os crioulos de base lexical portuguesa deveu-se ao facto de a coleção incluir volumes especificamente dedicados à aquisição da linguagem (MRL 2) e às línguas crioulas (cf. prefácio). Mas a aquisição do português, como língua materna, tem uma presença forte na segunda parte do *Manual* (Parte II) e a referência aos crioulos de base lexical portuguesa não está ausente dos capítulos sobre o português em contacto (capítulos 2 e 3). Estes capítulos formam um par (África e Ásia/Pacífico) e não um trio (África, Ásia/Pacífico, Brasil) porque as questões de contacto linguístico no Brasil terão, com certeza, amplo espaço de debate no volume dedicado ao português brasileiro (MRL 21). As situações de contacto noutras áreas geográficas ou não têm o mesmo grau de relevância ou não se encontram suficientemente estudadas. Naturalmente, poderiam ter sido feitas escolhas diferentes e, por certo, haverá quem aponte a falta de matérias que teriam cabimento no *Manual*. Mas a situação seria a mesma ainda que as opções fossem outras, tendo em conta que o espaço atribuído a cada um dos volumes da coleção *Manuals of Romance Linguistics* não é ilimitado. A falta de um capítulo dedicado à Fonética Forense, que quereríamos ter tido neste *Manual*, foi um acidente de percurso.

Os capítulos da Parte II do *Manual* cobrem tópicos particulares de sintaxe, semântica, fonologia e suas interfaces com outros domínios da gramática (também aqui uma escolha entre outras possíveis). Estes capítulos apresentam o estado da arte relativamente a traços linguísticos que, pela sua especificidade, são fortemente caracterizadores do português europeu (padrão ou dialetal), tais como a colocação dos pronomes clíticos, o infinitivo flexionado, o gerúndio flexionado, os padrões de resposta a interrogativas polares, o modo conjuntivo e a redução e neutralização das vogais átonas. A par destes tópicos, incluem-se outros que são muito relevantes numa perspetiva românica e comparativa, como a ordem dos constituintes frásicos, a interação entre coordenação e padrões de concordância, os predicados complexos, o parâmetro do sujeito nulo, e a estrutura da sílaba.

Globalmente, o *Manual* dá a conhecer nova evidência empírica e análises fundadas em teorias linguísticas contemporâneas, acolhendo abordagens com inspiração teórica diversa e fundadas em dados não limitados ao português padrão contemporâneo. Os capítulos baseiam-se, por isso, em dados empíricos de diferentes tipos (intuitivos, experimentais, extraídos de corpus, obtidos em trabalho de campo) e

procuram combinar descrições consistentes, e acessíveis a um público que vá para além do universo dos linguistas, com as visões teóricas que emergiram da investigação contemporânea em linguística.

2 Diacronia e variação

Na introdução que se segue será apresentada uma síntese da evolução da língua portuguesa ao longo do tempo, com referência às implicações da mudança linguística para a variação dialetal dentro do português europeu e aos percursos de afastamento ou aproximação entre o português e outras línguas românicas, bem como entre português europeu e português brasileiro. Esta apresentação não será exaustiva, implicando antes a seleção dos traços linguísticos considerados mais relevantes para caracterizar a diacronia do português, nos planos da fonologia, da morfologia, da sintaxe e da semântica lexical em articulação com a sintaxe, incluindo ainda uma breve referência ao léxico. Procurar-se-á assim oferecer uma visão de conjunto das principais mudanças linguísticas do português (europeu) e, ao mesmo tempo, introduzir as referências bibliográficas relevantes para que o leitor possa encontrar informação diacrónica relativamente a tópicos que são tratados nos restantes capítulos do *Manual* numa perspetiva apenas sincrónica (por exemplo: certos aspetos da morfologia e da variação sociolinguística, o infinitivo flexionado, os predicados complexos, o sistema vocálico ou a estrutura da sílaba). A bibliografia específica que irá sendo introduzida, deverá ser completada por bibliografia de âmbito mais geral sobre a história da língua (cf. Brocardo 2014; Brocardo/Lopes 2016a; 2016b; Cardeira 2005; Castro 1991; 2006; Maia 1986; Marquilha 2000; Martins 2002a; 2003; Silva 1989; 1991; 1994b; 2008a; 2008b; Teyssier 1982; Ali ⁷1971; Câmara 1975; Huber 1986; Nunes ⁸1975; Williams ³1975; ¹⁵A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia) ou bibliografia sobre a variação dialetal do português (cf. Cintra 1983; Segura 2013; Álvarez Pérez 2014; 2015; Álvarez Pérez/Saramago 2012; Brissos 2014; 2015; Brissos/Saramago 2014; Carrilho 2008; 2009; Carrilho/Pereira 2011; 2013; Costa/Pereira 2013; Florêncio 2001; Martins 2009; Martins/Saramago 1993; Pereira, Sandra 2003; 2012; 2015; Pereira, Sílvia 2014a; 2014b; 2015; Saramago 1992; Saramago/Sigura 2001; Sigura 1988; Sigura/Saramago 1999; Sória 2013; Vasconcelos 1928; 1985; ¹⁴Variação sociolinguística; ¹⁸O gerúndio flexionado no português dialetal; ²⁰Predicados complexos numa perspetiva comparativa; ²¹Sujeitos nulos: gramática do adulto, aquisição de L1 e variação dialetal).

Nos Quadro-síntese 1 a 3 e 5 usa-se, com pequenos ajustes cronológicos, a periodização da história da língua portuguesa de Castro (1999; 2006), que identifica, após o período do português pré-literário, que não será aqui considerado, os períodos designados por português antigo, português médio, português clássico e português moderno (cf. Vasconcelos ⁴1966; Ali ⁷1971; Vázquez Cuesta/Luz 1971; Bechara 1991; Silva 1994a; Maia 1995; Brocardo 2005).

Em cada um dos quadros, identificam-se na coluna correspondente ao português antigo os principais traços gramaticais que caracterizam o português dos séculos XIII e XIV (sendo raros, breves e linguisticamente complexos os textos escritos em português no último quartel do século XII – cf. Castro 2004; Martins 1999; 2007; Souto Cabo 2003). Indica-se depois em qual dos períodos subseqüentes se consolidou a mudança de que resultou o estado de língua do português contemporâneo. O facto de uma mudança particular estar assinalada, por exemplo, na coluna do português médio, não significa que as manifestações iniciais dessa mudança não possam vislumbrar-se já no período anterior nem que atestações de formas conservadoras não possam encontrar-se ainda no período seguinte. Nos casos em que estão assinaladas duas colunas (cf. Quadros 2, 3, 5 e 6), isso indica que uma dada mudança se desenvolveu em duas fases, cuja concretização ocorre em dois períodos diferentes (por exemplo, a elevação das vogais átonas finais precede a elevação das vogais pretónicas, como adiante se exporá). Pode também indicar que está em causa não uma mudança única mas um conjunto de mudanças relacionadas que se desenvolvem durante um intervalo temporal que excede os limites cronológicos de um período, de acordo com a periodização adotada (por exemplo, a evolução das conjunções, apontada no Quadro 3).

2.1 Fonologia

Quadro 1: Fonologia: Consoantes

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
Sistema de quatro sibilantes, duas fricativas apico-alveolares (/ʃ/, /ʒ/), com origem no S latino, e duas africadas predorsodentais (/ts/, /dʒ/), com origem em C e T latinos palatalizados. Por exemplo: [ʒobrãtseʎas] «sobrancelhas»; [koðer] «cozer» / [koʒer] «coser».	X		
Sibilantes em coda não têm realização palatal. Por exemplo: [treʃ] «três»; [feʃtas] «festas»; [pað] «paz».		X	
Existe a oposição fonológica entre a africada palatal /tʃ/ e a fricativa palatal /ʃ/ (enquanto /dʒ/ e /ʒ/ convergem já nesta fase). Por exemplo: [kõtʃa] «concha» / [koʃa] «coxa».		X	
As consoantes vibrantes, simples e múltipla, têm ambas articulação anterior (i.e. alveolar). Por exemplo: [rara] «rara».			X

A evolução fonológica do latim levou ao aparecimento de novas consoantes que, emergindo no latim vulgar ocidental, configurarão o sistema consonântico do português antigo. Dois tipos de processos assimilatórios estão na origem da ampliação do primitivo inventário consonântico do latim. Os processos de sonorização em posição intervocálica levarão à expansão da oposição surda/sonora (que no latim clássico estava reservada às oclusivas), primeiro às consoantes fricativas (/f/-/v/, /s/-/z/) e depois às novas consoantes africadas (/tʃ/-/dʒ/, /ts/-/dz/). As consoantes africadas são o produto de processos de palatalização que originaram, mais extensivamente, um conjunto de consoantes palatais (/ʃ/, /ʒ/, /tʃ/, /dʒ/, /ɬ/, /ɲ/) caracteristicamente românicas, pois o sistema consonântico do latim clássico não fazia uso do ponto de articulação palatal (exceto se /j/ for incluído na classe das consoantes).

Na diacronia do português observa-se uma simplificação do sistema consonântico do português antigo, com a transformação das africadas em fricativas e, concomitantemente, vários processos de convergência fonológica. A neutralização da oposição entre /dʒ/ e /ʒ/ acontece tão cedo que só alguns poucos textos de final do século XII e início do XIII manifestam a distinção ortograficamente (Martins 2007). A oposição fonológica entre o par de consoantes surdas (/ʃ/-/tʃ/), pelo contrário, persiste na língua padrão até ao português clássico e a distinção gráfica entre <x> e <ch>, que a ortografia portuguesa mantém, reflete essa persistência. A diferente cronologia dos processos de convergência fonológica entre africada e fricativa palatal (com a convergência das surdas a ocorrer séculos depois da convergência das sonoras) também explica que a oposição /ʃ/-/tʃ/ se mantenha numa extensa região do Norte de Portugal, sendo um dos traços caracterizadores dos dialetos portugueses setentrionais (Cintra 1971; Segura 2013), enquanto a neutralização da oposição /dʒ/-/ʒ/ não originou variação dialetal, pois estendeu-se a todo o território português. No que diz respeito às sibilantes, foi também a passagem das africadas predorsodentais /ts/-/dz/ a fricativas com idêntico ponto de articulação (/s/-/z/) que as tornou suficientemente próximas das fricativas apicoalveolares /ʃ/-/ʒ/ para que, em grande parte do território português, viesse a produzir-se a neutralização destas distinções fonológicas. A evolução das sibilantes produziu uma tripartição dialetal (cf. Cintra 1971; Álvarez Pérez 2014; 2015): nos dialetos centro-meridionais houve convergência fonológica a favor das predorsodentais (/s/-/z/); os dialetos setentrionais preservaram as apicoalveolares, mas fizeram-no numa área com convergência fonológica e redução do sistema a duas sibilantes (/ʃ/-/ʒ/), paralelamente ao que aconteceu no centro-sul, e noutra com conservação do sistema de quatro sibilantes, mantendo portanto a distinção entre predorsodentais e apicoalveolares (/s/-/ʃ/, /z/-/ʒ/).²

2 No castelhano, que perdeu a oposição surda/sonora para as fricativas e africadas (cf. Alonso 1962a; 1962c), não houve convergência fonológica entre /tʃ/-/ʃ/ nem entre /s/-/ʃ/ porque a distinção entre estes pares de segmentos consonânticos aprofundou-se com o recuo da fricativa palatal para a zona velar (/ʃ/ > /x/) e a anteriorização da fricativa predorsodental para a zona interdental (/s/ > /θ/). Este tipo de afastamento entre segmentos foneticamente próximos ocorreu no português do século XIX

Só depois da reconfiguração do sistema de sibilantes, ocorreu a mudança que consiste na palatalização do /S/ em coda, que passou a ter uma realização diferente do /S/ em ataque (por exemplo: [sɔʃ], [seʃte]). A palatalização parece ser um fenómeno essencialmente associado à área centro-meridional, onde o sistema de sibilantes se reduziu às predorsodentais (Teyssier 1982, 55–56), mas a variação dialetal na realização do /S/ em coda permanece por estudar.

A mais bem documentada das mudanças do consonantismo é talvez a evolução da africada palatal (↗4 Variação sociolinguística; Álvarez Pérez 2014). Ocorrendo numa época para a qual os testemunhos dos gramáticos são já abundantes, é possível acompanhar não só a sua expansão geolinguística, do sul para o centro-litoral, como também a sua progressão sociolinguística, como mostrou Pinto (1981), de onde se extrai a informação que se segue. Em 1671, o lisboeta João Franco Barreto considera a substituição de [tʃ] por [ʃ] um «mao costume» dos «rústicos do sul», referindo-se à região a sul do Tejo. Em 1739, o transmontano João de Moraes Madureira Feijó (natural da região que ainda hoje tem /tʃ/) coloca já a mudança em Lisboa, entre a população alfabetizada, sem deixar de a condenar: «nasce da criação das escolas aonde assim aprendem a escrever, e pronunciar; e ficão tão habituados, que depois não há lição que os emende». Pouco depois, em 1746, o estrangeirado Luís António Verney, nascido em Lisboa em 1713, considera, contra Madureira Feijó, que a generalização de /ʃ/ deve ser a norma porque: «Em matéria de pronuncia, sempre se devem preferir, os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura».

A mais tardia das mudanças fonológicas registadas no Quadro 1 é o afastamento entre as vibrantes simples e múltipla, com o recuo desta para a zona uvular. Sendo uma mudança que, pelo menos na região de Lisboa, acontece só no final do século XIX, é possível ter dela um registo do processo em curso por um linguista, o foneticista Gonçalves Viana. Em 1883, na sua obra *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, Viana toma a realização recuada da vibrante por variante individual de alguns falantes de Lisboa, mas pouco mais tarde, em 1903, já testemunha a sua expansão nos meios urbanos: «On trouvera individuellement des *r* vibrantes uvulaires, même parmi les gens qui prononcent *r* simple comme une linguale» (Viana ³1973, ¹1883, 102); «La prononciation uvulaire de *rr*, mais non pas de *-r* [...] se répand de plus en plus dans les villes. Cependant, on la regarde encore comme vicieuse, le *rr* apical étant toujours préférable au grasseyement du [ʁ], qui individuellement est plus profond qu'en français ou en allemand» (Viana 1903, 19). A oposição entre vibrante simples e vibrante múltipla, de articulação alveolar, mantém-se em dialetos do português europeu mas a sua área não está delimitada e a variação poderá ser mais sociolinguística do que geográfica (↗4 Variação sociolinguística).

relativamente às consoantes vibrantes (/r/- /ɾ/ > /r/-/ʀ/), mas neste caso o castelhano manteve a distinção entre vibrante simples e vibrante múltipla alveolares. As duas línguas divergiram ao longo do tempo neste como noutros aspetos da gramática, embora também manifestem evoluções comuns, como veremos mais adiante.

Quadro 2: Fonologia: Vogais

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
Alta frequência de hiatos como resultado da síncope de consoantes intervocálicas latinas (mas iniciam-se já nesta fase alguns dos processos que conduzirão à sua eliminação). Por exemplo: [nuu] «nu»; [vīu] «vinho»; [taeʃ] «tais»; [fea] «feia»; ũa «uma».	X		
Existem as vogais nasais finais <i>ã, õ, ĩ</i> , que virão a originar, por ditongação, os ditongos [ẽw̃] e [ĩj̃]. Por exemplo: [pã] «pão»; [digã] (> [digẽw̃]) «digam»; [nõ] «não»; [leõ] «leão»; [diʃerõ] (> [diʃerẽw̃]) «disseram»; [bẽ] (> [bẽj̃] > [bẽj̃]) «bem».	X		
Existem ditongos crescentes átonos finais que virão a ser eliminados por metátese ou síncope da semivogal (a mudança inicia-se neste período). Por exemplo: [koĩbrja] «Coimbra»; [ʃabja] «saiba».	X		
Ditongos decrescentes [ej], [ow] estáveis (não há ainda processos de monotongação ou dissimilação). Por exemplo: [fejtu] «feito»; [powku] «pouco».	X		
Existe o ditongo [uj], proveniente de [oj], que virá a reduzir-se a [u]. Por exemplo: [lujta] «luta»; [trujta] «truta»; [eʃkujtar] «escuta»; [frujtoʃ] «frutos»; [kujtɛlu] «cutelo»; [tʃujva] «chuva».	X		
A variação entre [ow] e [oj] tem âmbito limitado. Por exemplo: [kowrela] / [kojrela] «courela»; [dojru] / [dowru] «Douro»	X		
Elevação condicionada das vogais pretónicas, por harmonização vocálica. Por exemplo: [firidu] «ferido», [viludu] «veludo», [kurtina] «cortina», [gurdure] «gordura».	X		
Não ocorre a elevação generalizada do vocalismo átono. Por exemplo: [temẽte] «temente»; [komer] «comer»; [abril] «abril».	X	X	
A vogal [e] não sofre dissimilação quando antecede um segmento palatal (semivogal ou consoante). Por exemplo: [veʒu] (> [veʒu]) «vejo»; [feʃu] (> [feʃu]) «fecho»; [teʎa] (> [teʎa]) «telha»; [teɲu] (> [teɲu]) «tenho»; [dej] (> [dej]) «dei»			X

Ao nível do vocalismo, o português manteve o sistema vocálico herdado do latim vulgar ocidental, com as características distinções tímbricas entre /e/-/ɛ/ e /o/-/ɔ/ e sem a chamada ditongação românica, que em graus e formas diversas atingiu a maior parte das línguas românicas. A evolução das vogais /ě/ e /ǫ/ latinas, em posição acentuada, é tradicionalmente usada para traçar a fronteira entre as áreas galega e portuguesa, sem ditongação, a ocidente, e as áreas astur-leonesa e castelhana, com ditongação em [je] e [we] (ou variantes), a oriente. Ao longo do tempo, o sistema vocálico tônico do português manteve-se essencialmente estável. As alterações tímbricas relativamente às vogais herdadas do latim vulgar são sobretudo o resultado de processos de harmonização vocálica, que não reconfiguraram o sistema fonológico. Mudanças profundas produziram-se, no entanto, ao nível do vocalismo átono, tema incontornável (e especialmente polémico) de fonologia histórica do português (cf. Carvalho 1984a; 1984b; 1984c; Hart 1955; 1959; Maia 1986; Marquilhas 2003; 2004; Martins 1985; 2006a; 2007; Naro 1971; Révah 1958; Teyssier 1982; 224 O sistema vocálico e a redução e neutralização das vogais átonas). A redução e neutralização das vogais átonas no português europeu afastam-no do galego, com o qual partilha uma origem comum, e também do português do Brasil. Ao mesmo tempo é um dos traços do português europeu que o aproximam do catalão e do francês (partilhando com este último também a existência de vogais nasais e, nalgumas áreas dialetais particulares, outros traços do vocalismo – cf. Cintra 1971; Segura 2013; Brissos 2014; Brissos/Saramago 2014; 24 Variação sociolinguística).

Os dados geolinguísticos parecem relevantes para reconstituir a história do vocalismo átono, i.e. as diferentes fases do processo de elevação generalizada das vogais átonas que caracteriza o português europeu. A diferença entre vogais finais (com elevação) e vogais pretónicas (sem elevação) observada no português brasileiro sugere que a elevação das vogais átonas finais precede diacronicamente a elevação das vogais pretónicas. A persistência da elevação condicionada das vogais pretónicas /e/ e /o/ no português brasileiro (e.g. [mi'ninu], [kur'tine], [vi'ludu], com assimilação pela pretónica do traço [+alto] da tónica) é compatível com este cenário porque a elevação dependente de harmonização vocálica desaparece quando emerge a elevação generalizada. Por isso, as formas do tipo [fi'ridu], características do português antigo, conservam-se no galego e no português brasileiro, mas não no português europeu. Como o processo fonológico do português europeu envolve elevação e recuo, é possível admitir que o processo de elevação precede cronologicamente o recuo. De novo, o testemunho do português brasileiro é importante: [e] átono final eleva-se para [i], mas não recua para [i] (o que também acontece em dialetos do português europeu). Assim, embora os dados das fontes textuais (e gramaticais) sejam de difícil interpretação, é legítimo admitir que a elevação das átonas finais ocorre durante o período do português médio (iniciando-se talvez antes, se considerarmos que há relação entre elevação das vogais finais e metafonia nominal – cf. Alonso 1958; 1962b; Martins 1985), enquanto a elevação/recuo das pretónicas e o recuo de [i] final para [i] são mudanças do português

clássico. Dada a insuficiência da evidência empírica que pode extrair-se das fontes históricas, um melhor conhecimento do vocalismo átono do português europeu contemporâneo, em particular no que diz respeito às exceções ao processo fonológico de elevação/recuo, poderá contribuir para uma melhor compreensão da evolução diacrónica das vogais átonas (cf. Marquilha 2003; 2004; Mateus et al. 2003; 74 Variação sociolinguística; 74 O sistema vocálico e a redução e neutralização das vogais átonas).

Globalmente, a evolução do vocalismo átono no português europeu não cria, internamente, variação dialetal. Todos os dialetos do português europeu exibem redução e neutralização do vocalismo átono e, portanto, nenhuma variedade dialetal conservou o processo de harmonização vocálica característico do português antigo, do galego e do português brasileiro (i.e. formas do tipo [mi'ninu], [vi'ludu]). No entanto, é possível encontrar no âmbito do vocalismo átono diversos fenómenos de microvariação, que não se restringem ao [i] átono final, não centralizado, de alguns dialetos meridionais (cf. 74 Variação sociolinguística).

Uma consequência da redução e neutralização do vocalismo átono no português europeu (em particular o apagamento muito comum da vogal [i]) é a tolerância generalizada de núcleos silábicos vazios, criando no plano fonético «grupos consonânticos problemáticos» (75 A sílaba na gramática do adulto e na aquisição de língua materna; Mateus/Andrade 2000). Neste aspeto é grande o contraste com o português brasileiro, ainda que a estrutura da sílaba seja basicamente a mesma nas duas variedades. O português europeu padrão apaga sistematicamente a vogal [i] em posição inicial antes de S+Consoante (embora a palatalização do /s/, como em [ʃ.ko.le], indique que ocupa a posição de coda de uma sílaba com núcleo vazio), não introduz vogais epentéticas em palavras como *pneu*, *psicologia*, *adaptar*, *advogado*, *pseudónimo*, nem paragógicas em palavras como *stress*, *snob*, *strip*, *team* (cf. [tʃi.mi] no português brasileiro), nem protéticas em palavras como *stress*, *snob*, em contraste com o português brasileiro. O caso de *stress* e *snob* é particularmente interessante pois nestas palavras o /s/ inicial não palataliza no português europeu, o que mostra que não há um núcleo vazio a preceder o /s/ mas sim, de facto, o grupo consonântico S+Consoante. Ou seja, a inserção de vogal protética que se produziu em idênticas condições na evolução do latim para o português antigo deixou de se produzir no português europeu mas não no português brasileiro. Por exemplo: latim *SCHOLA* > português antigo [eʃkola]; inglês *stress* > português europeu [stres], português brasileiro [is.tre.si], grafado *estresse* (Houaiss/Villar/Franco 2001).

Relativamente à estrutura da sílaba, ocorreram mudanças significativas na evolução do latim para o português. Houve simplificação de rimas, ataques e núcleos ramificados (75 A sílaba na gramática do adulto e na aquisição de língua materna), tendo a simplificação das rimas reduzido drasticamente o número e a natureza das consoantes em coda e conduzido à eliminação das chamadas consoantes geminadas. Por outro lado, o processo de enfraquecimento e síncope de consoantes intervocálicas criou numerosos hiatos, ou seja, teve um efeito contrário à simplificação da estrutura

silábica pois originou sílabas com ataques vazios (e.g. [mala] > [ma.a] > [ma]; [regina] > [re.ĩ.a] > [reĩne]; [êgo] > [ɛ.o] > [ew]; [una] > [ũ.a] > [ume]). Seguir-se-á, diacronicamente, um processo geral de eliminação dos hiatos que se concretiza através de diversas estratégias (mas não apaga da língua todos os hiatos, mantendo-se os que incluem a vogal *a* e uma vogal tónica alta: *lua*, *tia*, *rainha*, *Raul*). Esse processo estende-se por um período longo que vai do português antigo até ao início do período clássico, pois diferentes tipos de hiatos evoluíram de diferentes formas. Simplificada-mente, pode dizer-se que os processos de crase entre vogais idênticas, de inserção da consoante nasal palatal [ɲ] depois de [ĩ] e de semivocalização de vogal átona [-baixa] se iniciam cedo, enquanto a ditongação de [e] e [o] tónicos (a segunda só nos dialetos setentrionais onde se diz [bowe]/[bewe]) acontece mais tarde. A forma [üe], preservada por analogia com [ũ] (em contraste, por exemplo, com *lũa* > *lua*), parece ser a última a ganhar a consoante nasal labial que preenche o ataque vazio da segunda sílaba (*uma*), pelo que *ũa* aparece ainda nos textos clássicos (e está preservada dialetalmente). A evolução dos hiatos originou variação dialetal no território português, quer em relação à eliminação ou conservação de tipos particulares de hiatos quer no que diz respeito à interação entre ditongação de [é]/[ó] em hiato e monotongação dos ditongos [ej]/[ow]. Há informação valiosa sobre esta matéria nas obras de Leite de Vasconcelos (Vasconcelos 1928; 1985; Florêncio 2001), mas está por realizar uma investigação sistemática da variação dialetal decorrente dos processos de evolução dos hiatos do português antigo.

Os ditongos crescentes átonos finais do português antigo foram eliminados por síncope da semivogal ([koĩbrja] > [koĩbra]) ou por metátese ([ʃabja] > [ʃajba]), mas surgiram novos ditongos crescentes, também em posição tónica, como resultado da semivocalização de vogais em hiato, ([koĩbra] > [kwĩbra]; [nomear] > [numjar]). Comparativamente aos ditongos decrescentes, os ditongos crescentes são pouco frequentes no português e de realização instável, o que aponta para que o processo de semivocalização de vogais em hiato seja superficial, restringindo-se ao plano fonético (↗25 A sílaba na gramática do adulto e na aquisição de língua materna).

O português antigo conservava todos os ditongos decrescentes herdados do latim, tanto o ditongo [ow], proveniente de [aw] do latim clássico, como os ditongos [ej], [uj], e outros, surgidos no latim vulgar através dos processos de semivocalização de consoante em coda ([lak.te] > [lajte] > [lejte]; [frūk.tu] > [frojtu] > [frujtu]) ou de metátese ([primariu] > [primarju] > [primajru] > [primejru]; [plũwĩa] > [plovja] > [tfojva] > [tfojva]). Neste aspeto, o português antigo contrasta com a maior parte das línguas românicas coetâneas. Na Península Ibérica, a conservação dos ditongos [ow] e [ej] caracterizava o galego, o português e o leonês ocidental face às restantes línguas ibéricas. No decurso da história do português ocorreu a monotongação dos ditongos [ow], [ej] e [uj] (de [oj], com harmonização de altura), o que corresponde sempre a uma inovação do Sul, com maior ou menor força expansiva, e originou variação dialetal no território português. O diferente traçado das isófonas que separam, em cada um dos casos, a área de monotongação da área de conservação do ditongo

explica que a monotongação de [ej] seja um fenómeno dialetal, meridional, enquanto a redução de [ow] a [o] e de [uj] a [u] integram a língua padrão (cf. Cintra 1971; Álvarez Pérez 2014; 2015, no que diz respeito a [ej] e [ow]; cf. Boléo/Silva 1974; Vasconcelos 1901; 1928; 1985; relativamente à persistência de [uj] em dialetos setentrionais). Estes processos de monotongação fizeram o português divergir do galego (que mantém os primitivos ditongos), embora neste como noutros casos não haja separação entre o galego e o português setentrional (é também assim, por exemplo, em relação à inexistência da consoante /v/; ↗4 Variação sociolinguística; Cintra 1971; Álvarez Pérez 2014).

Outras mudanças ocorreram que afetaram os ditongos decrescentes sem lhes alterar a natureza de núcleos ramificados. A variação entre os ditongos [ow] e [oj], que tinha âmbito muito limitado no português antigo, veio a expandir-se através do léxico, exibindo uma evolução cuja base pode ser a dissimilação, a analogia ou ambas (cf. Cintra 1970). Uma mudança muito mais tardia mas claramente dissimilatória é a que afasta entre si os segmentos palatais do ditongo [ej] através do recuo da vogal [e] para [ɛ], originando [ɛj]. Um processo semelhante, mas exclusivamente dialetal e por isso impossível de datar, é o afastamento entre os segmentos labiais do ditongo [ow] através da perda do arredondamento da vogal, que passa de [o] a [ɐ], originando o ditongo [ɛw] característico de dialetos setentrionais. Estes processos de dissimilação podem ser vistos como estratégias de preservação dos ditongos, evitando a tendência para a monotongação.

A transformação de [e] em [ɛ] dá-se não só antes de [j], mas também antes de consoante palatal heterossilábica, sendo esta, parece, a mudança fonológica mais tardia no âmbito do vocalismo. Teyssier (1982, 64–65) situa-a no século XIX e regista, citando José Inácio Roquete, autor de um *Código do Bom Tom* (Paris, 1845), que em meados do século XIX teria ainda um estatuto sociolinguístico desprestigiante: «É muito frequente entre a gente ordinária de Lisboa mudar o *e* em *a* nalgumas palavras: dizem *panha*, *lanha* por *penha*, *lenha*». Mas em 1883, numa carta dirigida a Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana observa que toda a gente em Lisboa diz assim, à exceção de «algum caturra velho» (Teyssier 1982, 65). Ao contrário do que poderia sugerir a sua cronologia tardia, a dissimilação de [e] antes de palatal é um fenómeno com bastante expansão no território português, não sendo estranho ao português setentrional (↗4 Variação sociolinguística).

Por fim, e sem seguir a sequência cronológica das mudanças (os quadros-síntese são aliás, neste aspeto, apenas indicativos), cabe referir a ditongação das vogais nasais finais. Este processo de ditongação, exclusivo do português entre as línguas românicas, originou o ditongo decrescente [ẽw̃] a partir das vogais nasais finais [õ] e [ã] e o ditongo [ẽj̃]/[ẽj̃] a partir da vogal nasal final [ẽ]. O complexo quadro de variação dialetal neste domínio (com as terminações átonas a escaparem frequentemente à ditongação, alguns dialetos a preservarem o ditongo [õw̃] e resultados paralelos para os desenvolvimentos de [ã]/[õ]/[ẽ]) permite confirmar que o mesmo processo fonológico atua sobre as três vogais nasais [-altas], [ã], [õ] e [ẽ], transformando-as em

ditongos decrescentes nasais (Martins 1995; Carvalho 1989). A convergência em *-ão* das terminações do português antigo [ã], [õ] e [ã.u] (um hiato que evolui por semi-vocalização) não tem paralelo nas formas do plural (i.e. [ã.eʃ] > [ẽjʃ] / [õ.eʃ] > [õjʃ] / [ã.os] > [ẽwʃ]), do que decorre a irregularidade da formação do plural das palavras terminadas em *-ão* (76 Morfologia nas interfaces). Processos vários de regularização analógica, tanto na flexão nominal (e.g. *cidadãos/cidadões*; *grãos/grães*) como verbal (e.g. *fizerô/andô*; *fazî/andî*, presente do indicativo), criam variação dialetal e socio-linguística (cf. Vasconcelos 1928; 1985; Florêncio 2001; Martins 1995; Parkinson 2002).

2.2 Morfologia

Quadro 3: Morfologia

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
Português Antigo (até ao final do séc. XIV)	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
O sistema de demonstrativos integra formas simples (<i>este, esse</i>) e formas reforçadas (<i>aqueste, aquesse, aquele</i>). Nas formas neutras, há variação do tipo <i>esto/isto</i> , sendo as variantes com [e] mais comuns.	X		
No sistema de possessivos existem formas fracas do feminino (<i>ma, ta, sa</i>) a par das formas fortes (<i>mãa, tua, sua</i>), mas a simplificação do sistema está já em curso.	X		
Existe o pronome relativo e interrogativo <i>u</i> ‘onde’ (cognato do francês <i>où</i>), que coexiste com <i>onde</i> ‘de onde’.	X		
O sistema pronominal integra os pronomes oblíquos <i>i, en/ende</i> (cognatos do catalão <i>hi, en</i> , do francês <i>y, en</i> , do italiano <i>vi, ne</i>).	X		
O sistema de dêiticos locativos é bipartido: <i>aqui/ali; acá/alá; acá/aló</i> .	X		
As formas verbais de segunda pessoa do plural apresentam a desinência de pessoa/número <i>-des</i> , ficando <i>d</i> em posição intervocálica quando antecedido da vogal temática: <i>-ade(s), -ede(s), -ide(s)</i> .	X		
O participio passado dos verbos da segunda conjugação tem terminação <i>-udo</i> (<i>-ido</i> ocorre raramente).	X		
Têm pouca expressão os processos de regularização analógica (analogia gramatical), tanto no âmbito da flexão verbal como da flexão nominal.	X		

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
Português Antigo (até ao final do séc. XIV)	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
A classe gramatical das conjunções integra itens que virão a desaparecer (por ex.: <i>ca, pero, mas pero, pero que, ergo, empero (que), macar (que), segundo que/como, sol (que), mentre (que)</i> ou que evoluirão semanticamente (por ex.: <i>pero</i> e <i>poren</i> , de explicativos para adversativos; <i>pois</i> , de temporal para explicativo).	X	X	
As formas verbais de segunda pessoa do plural e o pronome nominativo <i>vós</i> são plenamente produtivos.			X
O pronome pessoal oblíquo <i>si</i> é sempre reflexivo (nem <i>si</i> nem <i>consigo</i> são usados como formas de tratamento).			X
O clítico dativo <i>lhi/lhe</i> está em variação com <i>lhis/lhes</i> como forma de plural.			X
O pretérito-mais-que perfeito simples, o condicional e o futuro simples são plenamente produtivos.			X

Integravam a gramática do português antigo algumas formas pronominais que vieram a desaparecer. Globalmente, pode dizer-se que o sistema pronominal se simplificou, processo que se iniciou logo no português antigo. Por exemplo, a distinção entre o pronome acusativo *me* e o pronome dativo *mi* não se encontra senão nos primeiros textos, como o Testamento de D. Afonso II, de 1214. Neste mesmo texto regista-se variação, relativamente aos pronomes demonstrativos, entre a forma simples *este* e a forma reforçada *aqueste*. Este tipo de variação estendia-se ao par *esse/aquesse*, enquanto a forma de terceira pessoa era invariavelmente *aquela*. As formas *aqueste* e *aquesse* (que têm paralelo noutras línguas românicas, tais como o catalão e dialetos do italiano), são já no português antigo menos frequentes do que as formas *este* e *esse*; deixam de ocorrer nas fontes escritas a partir do século XVI, mas dialetos do português contemporâneo guardam testemunho delas (cf. Vasconcelos 1901; 1985; Segura 2013). Tal como o sistema dos demonstrativos, também o dos pronomes possessivos se simplificou, com o desaparecimento das formas átonas *ma, ta, sa*. No português antigo a distinção entre possessivos fortes e possessivos fracos encontrava-se limitada às formas do feminino e as formas fortes já ocorriam em variação com as formas fracas na posição pré-nominal. Cardeira (2005) mostra que no terceiro quartel do século XIV a forma *sua* já era mais frequente do que *sa* em posição adjetival, estabilizando-se o processo de substituição das formas fracas pelas fortes na primeira metade do século XV.

Também no decurso do português médio deixa de ser produtivo o pronome relativo e interrogativo *u* (cognato do francês *où*) embora ainda se ateste esporadica-

mente em textos do século XVI. Sobrevive dialetalmente na forma interrogativa *u-lo* (‘onde está?’), com pouca vitalidade e limitada ao extremo Norte de Portugal (Moreira ²1922; Vasconcelos 1928; Silva-Villar 2001). Não chegam ao século XVI os pronomes oblíquos *i* e *en/ende* (o primeiro cognato do francês *y*, do catalão *hi* e do italiano *vi*; o segundo cognato do francês *en*, do catalão *en/ne* e do italiano *ne*). O locativo anafórico *i*, do português antigo, era um substituto de complementos verbais introduzidos pela preposição *em*. O pronome partitivo/locativo *en/ende* era um substituto de complementos verbais introduzidos pela preposição *de*. No século XV o pronome *en/ende* já não ocorre nos textos medievais e o locativo *i* integra-se no sistema dos dêiticos locativos adverbiais, deixando de ser estritamente anafórico e adquirindo a forma *aí* por analogia com o par *aqui/ali* (Teyssier 1981; Muidine 2000). Esta mudança é comum ao português, galego e castelhano. Nestas três línguas, ao contrário do catalão, francês e italiano, os pronomes fracos *i*, *en* desapareceram sem terem chegado a transformar-se em pronomes clíticos (Badia i Margarit 1947; Wanner 1991; 2014; Martins 2014a). A integração de *aí* no sistema de dêiticos locativos transforma o sistema bipartido do português antigo num sistema tripartido, com três graus de proximidade para as formas em *-i* (*aqui*, *aí*, *ali*), enquanto as formas em *-á* (que perdem o *a* inicial e originam *cá*, *lá*) preservam um sistema bipartido e as formas em *-ó* (*acó*, *aló*) desaparecem. Estas últimas mantêm-se no galego, que também tem as formas *cá*, *lá* e apresenta em relação às formas em *-i* a mesma inovação que o português.

Outras modificações do sistema pronominal ocorrerão séculos mais tarde, sem relação com as do português medieval. O desuso do pronome nominativo *vós*, substituído por *vocês*, assim como a emergência do pronome *a gente*, sem substituir *nós*, parecem ser mudanças linguísticas do português moderno, embora não possa descartar-se a hipótese de que tenham emergido mais cedo, sem terem visibilidade na língua padrão (cf. Lopes 2001; 2003). O pronome *vós* continua a ser admitido como forma da língua padrão em registos muito formais, embora seja geralmente excluído pelos falantes dos dialetos portugueses centro-meridionais (que mantêm, contudo, a forma de acusativo/dativo *vos*). A mudança encaixa-se assim na oposição Norte-Sul que é central na paisagem dialetal portuguesa (cf. Segura 2013). A inovação *a gente*, por seu lado, abrange todo o território português embora com implantação mais forte no centro-sul (cf. Sória 2013). Em interação com o desaparecimento do pronome *vós*, várias alterações se produzem no sistema das formas de tratamento, uma das quais é o desenvolvimento de um valor não reflexivo para o pronome *si* (e a forma *consigo*). A fixação de *lhes* como forma de dativo plural (em oposição ao dativo singular *lhe*) é também uma mudança tardia, que regulariza a morfologia dos pronomes clíticos de terceira pessoa no que diz respeito à expressão gramatical da distinção de número.

Fora do sistema pronominal produzem-se alterações importantes na morfologia verbal. No português médio as formas de segunda pessoa do plural perdem a consoante inicial do morfema de pessoa-número *-des* quando esta se encontra em posição intervocálica, originando hiatos que evoluirão de forma regular na primeira e terceira

conjugações e não regular na segunda, com provável influência analógica do modelo flexional da primeira: *-ades* > *-aes* > *-ais*; *-edes* > *-ees* > *-es/-eis*; *-ides* > *-ies* > *-iis* > *-is* (cf. Cardeira 2005; 76 Morfologia nas interfaces). Também no português médio os participípios passados em *-udo* dos verbos da segunda conjugação dão lugar a participípios passados em *-ido*, aprofundando a proximidade entre os modelos flexionais dos verbos da segunda e terceira conjugações. A motivação para esse processo de analogia terá sido a irregularidade morfológica dos participípios em *-udo*, que exibiam antes do morfema de participípio passado *-do* uma vogal diferente da vogal temática, contrariamente aos verbos da primeira e terceira conjugações (cf. Cardeira 2005).

A analogia gramatical não é um tipo de mudança que se encontre limitada a uma época particular. Mas na história do português pode considerar-se que o português médio constitui um período crítico no domínio da regularização analógica, tanto no âmbito da flexão verbal como nominal. Durante este período foi significativamente reduzida a variação exibida ao nível da flexão verbal pelos textos dos séculos XIII e XIV (cf. Colaço/Cardeira 2013; Piel 1944; Williams ³1975; Meier 1948). A regularização analógica manifestou-se de diferentes formas: eliminando alguns participípios fortes (*bento* – *benzido*, *colheito* – *colhido*, *escolheito* – *escolhido*, *defeso* – *defendido*, *roto* – *rompido*; cf. Barros 2002), uniformizando certas formas do futuro a partir do infinitivo (*salrei* – *saírei*, *valrei* – *valerei*, *terrei* – *tereí*, *porrei* – *porei*, *verrei* – *virei*), eliminando alternâncias consonânticas nos radicais verbais (*adugo* – *aduzo*, *bengo* – *benzo*, *senço* – *sinto*, *jaço* – *jazo*), fixando para a terceira conjugação as alternâncias vocálicas [u]/[ɔ] e [i]/[ɛ] (*dormo* – *durmo*, *descobra* – *descubra*, *sento* – *sinto*, *serva* – *sirva*, *mença* – *mintá*; cf. Martins 1988; Barbato 2012), estabelecendo os paradigmas flexionais dos verbos *ser* e *estar*, e reduzindo, em geral, o grau de marcação morfológica de outros verbos irregulares (e.g. *moiro/moira* – *morro/morra*; *fiz/fige*, *fezeste* – *fiz*, *fizeste*; sobre variação dialetal e sociolinguística nos pretéritos fortes, cf. Mota/Rodrigues/Soalheiro 2013; Barbosa/Flores/Bastos-Gee 2016).

Fora da flexão verbal, a analogia teve um papel importante, por exemplo, na criação de formas específicas para o feminino nas palavras terminadas em *-or*, *-ol*, *-ês* e *-nte* (*senhor*, m./f. – *senhor*, m./*senhora*, f.; *espanhol*, m./f. – *espanhol*, m./*espanhola*, f.; *português*, m./f. – *português*, m./*portuguesa*, f.; *infante*, m./f. – *infante*, m./*infanta*, f.) e na mudança de género das palavras terminadas em *-agem* que eram empréstimos lexicais ao francês (cf. Cardeira 2005).

Os processos de regularização analógica constituíram-se numa fonte inesgotável de variação dialetal e sociolinguística, com consequências também para a diferenciação entre as normas portuguesa e brasileira. Sirva de exemplo a oposição [o]/[ɔ] nas formas nominais, criada pela metafonía por [u] final, mas eliminada ou expandida através, respetivamente, de processos de uniformização ou de extensão analógica. O padrão brasileiro tem *s[o]gro/s[o]gros* e *b[o]lso/b[o]lsos*, o padrão português tem *s[o]gro/s[ɔ]gros* e *b[o]lso/b[ɔ]lsos*. *B[o]lsos* (com vogal [o] de [ũ] latino) e *s[ɔ]gros* (com vogal [ɔ] de [õ] latino) são formas resultantes de evolução fonológica regular; *s[o]gros* resulta de uniformização analógica (a forma do plural adota a vogal radical da forma

do singular, como o português europeu padrão faz em *ac[o]rdo/ac[o]rdos*, ainda que muitos portugueses digam *ac[o]rdo/ac[ɔ]rdos*; *b[ɔ]lsos* resulta de extensão analógica da alternância [o]/[ɔ] a palavras em que não é o resultado regular da atuação da metafonia sobre a vogal radical da forma do singular mas não do plural.

Voltando à morfologia verbal, a par da perda do pronome nominativo *vós*, desapareceram do português padrão as formas verbais de segunda pessoa do plural, ainda que os dialetos setentrionais, em geral, as conservem (cf. Segura 2013, 130–131). No português padrão foram substituídas pelas formas de terceira pessoa do plural. Outras mudanças no sistema verbal, como o decréscimo de produtividade do pretérito mais que perfeito simples (afastando o português do galego), do condicional (parcialmente em variação com o imperfeito do indicativo) e do futuro simples (como expressão de tempo mas não de modo), terão ocorrido também nos últimos séculos (cf. Brocardo 2010a; 2010b; Lima 2014; Marques 2013; Oliveira 2013; Segura 2013, 131–132; 712 Semântica e pragmática).

Uma referência final ao domínio complexo dos conectores oracionais e sua evolução ao longo do tempo. Mais uma vez o português médio é um período crítico, ainda que muito continue a acontecer mais tarde, envolvendo renovação lexical, mudança semântica e processos de gramaticalização (cf. Lima 2014; Barreto 2002; Silva 1989; 1994b; Fiéis/Lobo 2008; 2009; sobre processos de gramaticalização de preposições e locuções preposicionais, cf. Poggio 2002a; 2002b). O desaparecido pronome oblíquo *en*, por exemplo, contribuiu para criar o conector adversativo *porém*, que na origem era uma locução conclusiva/explicativa (*por en(de)* = ‘por isso’).

O Quadro 4 dá-nos uma ideia do muito que o inventário de itens gramaticais mudou no decurso do português médio, fazendo com que formas comuns no português do século XIII fossem sentidas como «antigas» no século XVI e, por isso, desadequadas ao padrão literário. Os textos medievais *Demanda do Santo Graal* e *Livro de José de Arimateia* são parte do ciclo arturiano da Post-Vulgata, traduzido para português a partir do francês no século XIII (Castro 1983; 1993). Embora não se conserve o original, a cópia quatrocentista da *Demanda do Santo Graal* é conservadora e reflete bem a língua do original duocentista. A cópia quinhentista do *Livro de José de Arimateia* é, pelo contrário, intencionalmente inovadora, tendo sido executada com o objetivo de limpar o texto de formas desusadas no século XVI, pelo menos ao nível da língua padrão (cf. Martins 2013). Comparando os dois textos fica muito visível quais os itens gramaticais do original que foram, em geral, eliminados pela cópia quinhentista do *Livro de José de Arimateia*. Nas primeiras linhas do Quadro 4 aparecem os itens já referidos no Quadro 3; os restantes aparecem por ordem alfabética.

Quadro 4: Mudança linguística entre o português antigo e o português clássico, de acordo com o testemunho da cópia quinhentista do Livro de José de Arimateia

Itens gramaticais	Nº de ocorrências	
	Demanda do Santo Graal	Livro de José de Arimateia
<i>sa</i>	582	0
<i>ta</i>	33	0
<i>ende</i>	902	1
<i>en</i>	323	2
<i>u/hu</i>	511	2
<i>acá</i>	35	0
<i>alá</i>	49	0
<i>adur</i>	20	0
<i>al</i>	115	12
<i>alhur</i>	20	0
<i>ar/er</i> (cf. Filipe 2007)	146	0
<i>ca</i>	2259 (completivo, comparativo, explicativo/causal)	137 (só explicativo/causal)
<i>certas</i>	222	0
<i>chus/chos</i>	31	0
<i>desi/dessi</i>	102	2
<i>mentre</i>	64	0
<i>rem/ren</i>	278	0
<i>toste</i>	124	0
<i>de consuum, de sũu</i>	40	0
<i>sem falha</i>	128	0

2.3 Sintaxe

Vejamos de seguida quais os principais aspetos em que a sintaxe do português mudou ao longo do tempo. A cronologia dos casos de mudança sintática identificados no Quadro 5 parece indicar que, neste domínio da gramática, o período do português médio é menos crítico do que nos domínios da mudança fonológica e morfológica. Na verdade, o século XVI é a época sensível para muitos aspetos da mudança sintática. Isso dificultou, em alguns casos, o preenchimento do Quadro 5 pois havia que escolher entre considerar como ponto de viragem para a mudança o final do período do português médio ou o início do período do português clássico. Escolheu-se, em

geral, a segunda opção, porque mesmo nos casos em que já há atestações da inovação antes de meados do século XVI, a consolidação da mudança parece produzir-se no português clássico, como acontece, por exemplo, com a expansão das estruturas de *se* impessoal, de infinitivo flexionado dependente de verbos causativos e percetivos ou de cliticização ao infinitivo com verbos de reestruturação. Se a opção tivesse sido assinalar a cronologia das primeiras atestações, a marca «X» estaria nestes casos na coluna do português médio. Seguiu-se, afinal, o mesmo critério que para a fonologia e a morfologia, já que muitas das inovações marcadas nos Quadros 1 e 2, acima, na coluna do português médio encontram-se atestadas desde o português antigo. No que diz respeito à variação entre pronomes fortes e pronomes clíticos dativos, as frases do tipo *vendo a vós* deixam de ocorrer nos textos notariais estudados por Martins (1994) no final do século XV (Lisboa) ou início do século XVI (Noroeste). Não quer isto dizer que este ou outro tipo de pronomes fortes usados como objeto direto ou indireto (fora das estruturas de redobro do clítico que encontramos no português contemporâneo), não possam atestar-se, residualmente, em época posterior. Também as orações adverbiais gerundivas introduzidas pela preposição *sem* perdem visibilidade a partir do final do século XV.

Quadro 5: Sintaxe

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
Podem ocorrer formas fortes dos pronomes pessoais em lugar dos pronomes clíticos (sobretudo dativos: <i>vendo a vós</i>).	X		
O gerúndio ocorre a par do infinitivo em orações completivas e nas adverbiais introduzidas por <i>sem</i> (<i>nom pode ora hy al ffazer ssem oyndo as partes</i>).	X		
A construção de <i>se</i> passivo não está em variação com a construção de <i>se</i> impessoal (que resulta da reanálise de <i>se</i> passivo).		X	
As orações infinitivas dependentes de verbos causativos e percetivos não admitem o infinitivo flexionado.		X	
O infinitivo flexionado ocorre, com valor imperativo, em frases raiz, em variação com o conjuntivo (<i>E fazerem a dita casa e refazerem de todo caso fortuyto</i> / <i>E a faça e refaça de todo caso furtuyto</i>).		X	

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
É muito rara a cliticização ao infinitivo em estruturas que admitem a subida do clítico. Nas mesmas estruturas não ocorre a negação na oração infinitiva.		X	
Existe interpolação generalizada (i.e. um clítico pré-verbal pode estar separado do verbo por qualquer constituinte sintático).		X	
Existe variação entre ênclise e próclise nos contextos que no português contemporâneo apresentam ênclise obrigatória.		X	
Ocorre a ordem SOV em variação com a ordem SVO em orações subordinadas e em tipos particulares de orações principais (<i>Quando Boorz esto ouvio; se eles aas aventuras do Santo Graal falecerem; já nós este cervo outra vez vimos</i>).		X	
O particípio passado de tempos compostos com <i>haver/ter</i> pode apresentar marcas de concordância com o objeto direto.		X	
O gerúndio é a opção normal na construção progressiva com <i>ser/estar/andar</i> (<i>sija pensando; andava buscando</i>) e nas orações pequenas dependentes de verbos percetivos (<i>viu-os rezando</i>).			X
Os objetos diretos e indiretos topicalizados são obrigatoriamente retomados por um clítico, i.e., está disponível a construção de «Deslocação à Esquerda Clítica», mas não a construção de «Topicalização».			X
É rara a ocorrência do artigo definido antes de possessivo.			X
Não existe a inversão nominal negativa com <i>algum</i> (i.e. <i>algum</i> é um item bipolar em posição pré- ou pós- nominal).		X	X
Em vários aspetos (extraposição, <i>que/quem, cujo, qual</i>), as estruturas relativas exibem opções que deixaram de ser gramaticais no português (a par das que vieram a fixar-se).		X	X

Nalguns aspetos a sintaxe do português evoluiu como a das outras línguas iberorromânicas. É o caso da ordem SOV, muito característica da sintaxe medieval, que no português se encontra ininterruptamente desde os primeiros textos até, pelo menos, ao final do século XVI, que ocorria tanto em frases finitas como não finitas e que

consistia na anteposição do objeto relativamente ao verbo, mantendo-o numa posição interna à frase. O objeto anteposto podia ser de qualquer natureza, incluindo complementos oracionais, e encontra-se tanto em domínios finitos como não finitos (*sem aventura achar que de contar seja*). A ordem SOV da sintaxe medieval não tem a distribuição da ordem SOV latina, ocorrendo tipicamente em orações subordinadas (finitas ou não finitas), mas também em frases independentes e orações principais que incluam proclisadores (cf. Martins 2002b; 2005, 2011; 715 A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia). (Para uma discussão de outros aspetos da evolução da ordem dos constituintes frásicos, com foco na inversão do sujeito e na chamada «ordem V2», cf. Eide 2006; Fiéis 2003; Galves/Gibrail (aceite); Galves/Kroch 2016; Kaiser 1999; 2002; Martins 2014b; Ribeiro 1995a; 1995b; Rinke 2007; 2009; Salvi 1990; 2000; para uma discussão e análise da interação entre estruturas relativas e extraposição, gerando sintagmas nominais descontínuos, cf. Cardoso 2010; no prelo; aceite; sobre a posição do sujeito em orações gerundivas, numa perspetiva diacrónica e dialetal, cf. Fiéis/Lobo 2010; Lobo/Carrilho 2015).

Outra mudança comum às línguas iberorromânicas é a emergência da construção de *se-impessoal* como resultado da reanálise de *se-passivo* (Naro 1976; Lapesa 1981; 2000), mudança que está na base de outras mais tardias e geradoras de variação. O português brasileiro separa-se do português europeu ao perder a construção de *se-passivo*, embora o padrão escrito ainda a conserve (Nunes 1990; 1991). No português europeu não está estudada a repartição dialetal das duas construções mas *se-nominativo* apresenta nos dialetos do português europeu (com maior incidência no centro-sul e Açores) diferentes graus de defetividade que originam construções não padrão, uma das quais é a construção de duplo sujeito (*A gente chama-se rãs a isto; Chama-se-lhe a gente espigas; Cá nunca se usaram isso; Com licença de caça e tudo, não se podemos caçar*; Martins 2009). Por outro lado, só no final do século XX se atribui às estruturas de *se-impessoal* com verbos transitivos (precisamente o contexto sintático em que *se-impessoal* emergiu como reanálise de *se-passivo*) o estatuto de formas normativas (Peres/Móia 1995, 235), o que sugere que este seria um bom tema para um estudo sociolinguístico.

Noutros casos, um ponto de partida comum, em aspetos essenciais, originou acentuada divergência entre as línguas românicas, como acontece relativamente à colocação dos pronomes clíticos (715 A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia), domínio em que o português brasileiro divergiu radicalmente do português europeu (cf. Carneiro 2005; Lobo 2001; 2002). Certas estruturas infinitivas mostram também evoluções divergentes a partir do que parece ter sido uma relativa unidade inicial (720 Predicados complexos numa perspetiva comparativa; cf. Miller 1992; Silva 2012; Ciutescu 2013a; 2013b). Os domínios infinitivos associados aos verbos de controle e elevação excluía, no português medieval, o marcador de negação predicativa e, em geral, os pronomes clíticos, tornando assim a subida dos clíticos obrigatória. Os verbos causativos e percetivos associavam a estas características a exclusão do infinitivo flexionado. Tomados conjuntamente estes factos mostram que

a estrutura funcional destas orações infinitivas se expandiu ao longo do tempo, tornando-as domínios menos defetivos (cf. Martins 2006b; aceite; sobre os reflexos dialetais desta mudança nas estruturas com verbos causativos e percetivos, cf. Pereira 2012 e 720 Predicados complexos numa perspetiva comparativa). Ao mesmo tempo que se expandia para as estruturas causativas e percetivas, o infinitivo flexionado (originado possivelmente no pretérito imperfeito do conjuntivo latino; cf. Martins 2001; Harris 2013; Scida 2004) deixou de ocorrer nas frases raiz de modalidade imperativa que o permitiam no português medieval, em variação com o conjuntivo (*e se achassem que Moor Eanes siia no plazo com seu marido ualerlj seu plazo e se achassem que non siia no plazo que lhe fizesse o abade plazo*; Martins 1994).

No português medieval, o gerúndio encontrava-se em variação com o infinitivo em orações completivas e algumas orações adverbiais (especialmente as introduzidas pela preposição *sem*), mas veio a ser substituído pelo infinitivo, que sempre foi a opção mais comum nestes contextos (cf. Fiéis/Lobo 2011). Mais tarde o gerúndio voltaria a perder espaço para o infinitivo. Na construção progressiva com auxiliares como *estar*, *andar*, *ficar*, *começar* e nas orações pequenas dependentes de verbos percetivos, o gerúndio foi substituído por *a*+infinitivo nos dialetos setentrionais e do centro-litoral, tendo a língua padrão adotado a inovação. O português brasileiro manteve o gerúndio, contrariamente ao português europeu. A existência de uma fronteira muito nítida entre dialetos com *a*+infinitivo e dialetos com gerúndio no mesmo tipo de contexto sintático mostra que é possível definir áreas dialetais no território português com base em traços sintáticos (Carrilho/Pereira 2011; 2013; Pereira 2014a). As áreas em que o gerúndio não foi substituído por *a*+infinitivo são também aquelas em que emergiu o gerúndio flexionado (718 O gerúndio flexionado no português dialetal), um facto revelador da relevância de incluir a sintaxe na investigação geolinguística (cf. Martins 2009). Assim, o facto de o gerúndio flexionado estar registado no galego mas não nas variedades portuguesas setentrionais deixa de ser surpreendente

Por vezes, o português e as outras línguas iberorromânicas mostram evoluções comuns que as opõem a línguas como o francês e o italiano. É o caso da perda da expressão morfológica de concordância entre particípio passado e objeto, um padrão que aliás já não era sistemático no português antigo. Este tipo de oposição (que junta do mesmo lado as línguas iberorromânicas, mas com o catalão a alinhar por vezes com o francês e o italiano) tornar-se-á mais evidente quando comentarmos o Quadro 6.

Algumas inovações do português moderno afastam-no, em maior ou menor grau, da generalidade das línguas românicas. O português desenvolveu a par da construção de Deslocação à Esquerda Clítica, comum à generalidade das línguas românicas, a construção de Topicalização (714 Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos; objetos antepostos), no que coincidem português europeu e português brasileiro, mas o português europeu se afasta dos seus vizinhos mais próximos, ou seja, o galego e o espanhol.

Quanto à generalização do uso do artigo definido antes de possessivo, português europeu, português brasileiro e galego evoluem na mesma direção, mas o português

européu é a língua em que a expansão do uso do artigo é mais radical, tornando-o, em geral, obrigatório, enquanto o português brasileiro apresenta uma larga margem de opcionalidade (cf. Rinke 2010; Silva 1982; 1996; Álvarez/Xove 2002; Silva Domínguez 2002). Alguns dialetos do português europeu, sobretudo insulares, exibem um certo grau de conservadorismo ao permitirem a ausência do artigo antes de possessivo quando este precede um nome de parentesco (Carrilho/Pereira 2011; 2013).

Por fim, o português e o espanhol evoluíram na mesma direção ao associarem a posição pós-nominal do quantificador indefinido *algum* à expressão da polaridade negativa, o que não acontecia no português medieval (*se aqui ficardes em esta furesta, toste vos poderia viir ende mal algũũ*; Martins 2015a). Mas o português levará a evolução mais longe do que o espanhol, reanalisando o item de polaridade negativa constituído por Nome+*algum* como item de polaridade negativa forte, capaz de exprimir a negação sem estar sob o escopo do operador de negação predicativa. Assim, enquanto uma frase como *Não aconteceu coisa alguma* é gramatical tanto no português como no espanhol contemporâneos, só o português admite também *Coisa alguma aconteceu*. Além disso, o português alargou a inversão nominal negativa ao quantificador *nenhum*.

A coincidência cronológica entre um conjunto de mudanças que ocorreram no final do século XVIII (i.e. artigo antes de possessivo; inversão nominal negativa com *algum/nenhum*, com as características que tem no português contemporâneo; desaparecimento do pronome de referência [+humana] *nenhum*, substituído por *ninguém*; restrição da posição de *cuj*o à posição pré-nominal e outros aspetos das estruturas relativas) permite sustentar a hipótese de uma mudança paramétrica ao nível da estrutura funcional do sintagma nominal, envolvendo o requisito de dar conteúdo fonológico à categoria Determinante (cf. Martins 2015a; 2015b).

2.4 Semântica lexical e sintaxe

Quadro 6: Semântica lexical e sintaxe

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
<i>Haver</i> é um verbo existencial e um verbo de posse. Como verbo de posse, começa a atestar-se em variação com <i>ter</i> ainda neste período.	X		

Principais traços caracterizadores	Cronologia da mudança		
Português Antigo (até ao final do séc. XIV)	Português Médio (até meados do séc. XVI)	Português Clássico (até meados do séc. XVIII)	Português Moderno
O verbo copulativo <i>ser</i> ocorre tanto com «predicados de indivíduo» como com «predicados de estádio» (<i>ser português</i> a par de <i>ser faminto</i>), mas a oposição <i>ser/estar</i> já começa a delinear-se (i.e. <i>ser português</i> vs. <i>estar faminto</i>).	X		
Os auxiliares dos tempos compostos são <i>haver</i> e <i>ser</i> , mas o sistema já está a mudar (excluindo <i>ser</i> e substituindo <i>haver</i> por <i>ter</i>).	X		
Os itens de polaridade negativa <i>nenhum</i> , <i>nada</i> , <i>ninguém</i> , <i>jamais</i> co-ocorrem com <i>não</i> independentemente da sua posição em relação ao verbo, estabelecendo com o marcador de negação predicativa uma relação de «concordância negativa».	X		
As palavras <i>rem</i> , <i>cousa</i> , <i>homem</i> , <i>al</i> , <i>parte</i> incluem-se entre os itens de polaridade negativa (minimizadores). A sua interpretação polar depende do contexto frásico. Como minimizadores requerem a presença de um marcador de negação.	X		
O item de polaridade <i>algum</i> é bipolar, podendo estabelecer relações de «concordância negativa», e estando assim em variação com <i>nenhum</i> (<i>E foram ally mortos XIII cavallos dos cristãos, pero nõ morreo allgũ dos senhores que em elles herã, e assy se tornou dõ Duarte allegre</i>).	X		
<i>algum</i> e <i>nenhum</i> são comuns como pronomes de referência [+humana], sendo <i>alguém</i> e <i>ninguém</i> infrequentes.		X	X
Os itens de polaridade negativa <i>nenhum</i> , <i>nada</i> , <i>ninguém</i> , <i>jamais</i> podem ocorrer sem interpretação negativa em contextos modais não negativos (reservados a itens de polaridade positiva no português moderno)			X

Duas importantes mudanças do âmbito da semântica lexical, com repercussões na sintaxe, ligam o português, o espanhol e o galego. Nas três línguas reconfigurou-se o espaço semântico e a distribuição sintática dos verbos *haver* e *ter*, por um lado, e *ser* e *estar*, por outro. *Haver* é no português do século XIII tanto um verbo existencial como um verbo de posse, mas como verbo de posse virá a ser substituído por *ter*, mudança que aliás começou a manifestar-se ainda no período do português antigo (Brocardo 2006; Silva 1994b; 2002b; 2002c). O português brasileiro levou a mudança ainda mais

longe, substituindo *haver* por *ter* também como verbo existencial, em contraste com o português europeu. Alguns dialetos portugueses, concretamente os dialetos insulares (Açores e Madeira), exibem o mesmo processo de substituição de *haver* existencial por *ter*, embora sem o grau de consolidação da mudança que se observa no português do Brasil (Avelar/Callou 2007; 2012; Carrilho/Pereira 2011). Quanto aos verbos *ser* e *estar*, produziu-se ao longo do tempo uma especialização de *ser* como cópula de «predicados de indivíduo», enquanto *estar* adquiriu o estatuto de cópula de «predicados de estágio», substituindo neste domínio o verbo *ser* (Silva 1994b; 2002a; 2002c; Marquilha 2009). Tanto a redistribuição de papéis sintático-semânticos de *ser/estar* como de *haver/ter* separam o português, o galego e o espanhol do francês e italiano que, neste aspeto (como em relação à concordância entre participio passado e objeto e à persistência dos pronomes oblíquos *en/i*), têm propriedades gramaticais semelhantes às do português e espanhol medievais (ou seja, inverte-se aqui o posicionamento das línguas que são tradicionalmente descritas como conservadoras ou inovadoras com base sobretudo em traços fonéticos, o que mostra que a dicotomia língua conservadora/língua inovadora tem pouco interesse numa perspetiva descritiva e conduz a classificações potencialmente falaciosas).

Os verbos *ser*, *haver* e *ter*, como auxiliares de tempos compostos, integram um quadro evolutivo comum e, também neste caso, o francês e o italiano contemporâneos ilustram as propriedades gramaticais que encontramos no português antigo.³ No português do século XIII *ser* ocorre como auxiliar com verbos inacusativos, *haver* é o auxiliar com outros tipos de verbos. Depois *haver* substitui *ser*, deixando o sistema de integrar auxiliares distintos para diferentes verbos, mas virá a ser substituído por *ter* (cf. Ribeiro 1996; Brocardo 2006; Silva 1994b; 2002b; 2002c). Como ambas as evoluções começam cedo e se estendem por um período longo, pode haver sobreposição no tempo entre os dois padrões de substituição, o que torna o processo particularmente complexo e a interpretação dos dados oferecidos pelas fontes textuais nem sempre fácil. A substituição do auxiliar *ser* pelo auxiliar *haver* é uma mudança comum ao português e ao espanhol, mas a substituição de *haver* por *ter* é uma inovação específica do português. (Sobre a presença, marginal, do pretérito perfeito composto no português medieval e clássico e sobre o desenvolvimento do também impropriamente chamado «pretérito perfeito composto» do português moderno, cf. Amaral/Howe 2012; Brocardo 2013; Cardoso/Pereira 2003)

³ Historicamente, o catalão começa por alinhar com o francês e o italiano tanto em relação aos verbos *ser/estar* e *ter/haver* como ao padrão de verbos auxiliares, mas ao longo do tempo desenvolveu processos evolutivos na mesma direção que o espanhol, mantendo contudo características próprias e exibindo nestes aspetos maior variação dialetal que as outras línguas ibéricas. *Ser* mantém-se como auxiliar dos tempos compostos, com verbos inacusativos, no rossellonès, nos dialetos baleares e em alguns dialetos pirenaicos, enquanto os restantes dialetos do catalão usam sempre o auxiliar *haver* (agradeço esta informação, bem como as referências bibliográficas que se seguem, a Ares Llop). Cf. Aramon i Serra (1957); Ramos Alfajarín (2000); Rojas (2004); Batllori (2007); Batllori/Roca (2012).

No domínio da semântica lexical em relação com a sintaxe, a outra grande área de mudança na história do português é a da negação, palavras negativas e itens de polaridade em geral (Martins 1997; 2000; 2015b; Morais 2001; Pinto 2015). Em contraste com o francês e o catalão, mas identicamente ao espanhol, o português perdeu toda uma série de minimizadores indefinidos (*rem, cousa, homem, al, parte*, etc.) que estão bem representados em alguns textos medievais mas virão a desaparecer sem que nenhum deles tenha sido reanalisado como palavra negativa. Assim, por exemplo, *rem*, um dos primeiros minimizadores a perder-se, deixa de se atestar no final do português antigo (cf. Quadro 4 acima). Perde-se também no espanhol, é residual no galego,⁴ mas os seus cognatos francês (*rien*) e catalão (*res*) tornam-se palavras negativas plenamente produtivas.

Perdidos os minimizadores, o português manteve os indefinidos negativos (*nenhum, nada, ninguém*), mas também estes mudaram ao longo do tempo. Começam por ser itens de polaridade negativa fracos, capazes de ocorrer em contextos modais, não negativos (*E ante que outro nenhũu falasse, disse o conde dõ Fernã Gonçalves*) e exigindo a presença do operador de negação predicativa mesmo quando precedem o verbo (*nenhũu nõ scapou*). Mas no português médio, e esporadicamente no português antigo, a co-ocorrência entre os indefinidos negativos e o operador de negação predicativa já se mostra opcional e os indefinidos negativos estão a caminho de se tornarem itens de polaridade negativa fortes (capazes de exprimirem só por si a negação). No entanto, exibirão ainda, até ao português moderno, ambiguidade lexical entre itens de polaridade negativa fortes e itens de polaridade modal. Esta segunda possibilidade acabará por perder-se, mais uma vez afastando o português das outras línguas românicas (e.g. Francês *Pierre est parti avant que personne ait pu faire aucun geste*; Português **O Pedro saiu antes que ninguém tivesse podido fazer nenhum gesto/O Pedro saiu antes que alguém tivesse podido fazer um gesto*; Catalão *Demana-li si en sap res*; Português **Pergunta-lhe se sabe nada/Pergunta-lhe se sabe alguma coisa*). Embora os itens de polaridade negativa mostrem um desenvolvimento na mesma direção na maioria das línguas românicas (excluindo o romeno e o veneziano), o português leva a evolução mais longe. No português, os itens de polaridade negativa especializaram-se exclusivamente na expressão da negação, passando a estar excluídos de qualquer outro tipo de contexto polar.

Paralelamente, os itens de polaridade positiva (como *algum, alguém*) deixaram de poder ocorrer em contextos negativos, ou seja, passaram a ser verdadeiramente itens de polaridade positiva (fracos) e já não itens bipolares. Assim, palavras como *algum* e *nenhum*, que podiam estar em variação nos mesmos contextos sintático-semânticos no português medieval (*des onte ao serão não ouvemos algũa/nenhũa folga*), passaram

4 «A forma xeral para «non humano, non animado» é *nada*, pero tamén se empregan *ren* ou *res*, se ben só como OD, sempre tralo verbo e con frecuencia precedidas de *nin*. *Ren* e *res* son dúas variantes de fala, hoxe de escaso uso, aceptadas ambas na norma actual como opcionais: *Falamos bastante tempo, pero non quixo dicir (nin) ren/res*» (Álvarez/Xove 2002, 487).

a estar em distribuição complementar: *algum* nos contextos afirmativos (assertivos) e modais (também chamados «contextos negativos fracos»), *nenhum* nos contextos estritamente negativos.

Por fim, as mudanças no domínio dos itens de polaridade integram um outro caso de especialização lexical: *nenhum* e *algum* deixam de ser pronomes de referência [+humana], substituídos nesta função pelas palavras *ninguém* e *alguém*, que são raras no português medieval, ganham expressão e crescem em frequência no português clássico e consolidam a sua posição, deixando de estar em variação com *algum* e *nenhum*, no português moderno.

Há marcas residuais nos dialetos portugueses quer da evolução dos auxiliares dos tempos compostos quer da evolução das palavras negativas, mas em nenhum dos casos as formas antigas parecem ter vitalidade significativa (ainda que estes sejam domínios para os quais não há estudos sistemáticos).

2.5 Léxico

Independentemente da história de palavras particulares ou grupos de palavras semanticamente relacionadas, outras dimensões da evolução do léxico de uma língua podem ser consideradas. Uma delas é o contraponto entre inovação e obsolescência, duas tendências tão naturais e constantes na evolução das línguas como outros pares dicotômicos: mudança fonológica/analogia, assimilação/dissimilação, etc. A relação entre os dois termos destes pares não é direta, mas certamente interagem, num jogo complexo de equilíbrios e catástrofes talvez demasiado complexo para que possamos compreendê-lo. No caso do léxico é especialmente assim, dada a natureza extremamente heterogênea do objeto e a multiplicidade de fatores que criam dinâmicas de mudança neste domínio. Por isso obsolescência e inovação lexical são normalmente tratados como aspetos independentes da mudança lexical, exceto nos casos particulares em que é possível encontrar uma relação direta entre uma palavra que morre e a inovação que a substitui (ainda que nem a obsolescência seja necessária para que exista inovação lexical nem a inovação conduza necessariamente à extinção de palavras pré-existentes). Os historiadores da língua portuguesa têm-se interessado sobretudo pela inovação lexical, identificando vagas de entrada de empréstimos na língua e avaliando a sua relevância para a história do léxico português, como exemplificam as passagens de Teyssier (1982) e Castro (2006) abaixo transcritas (cf. Piel 1989, que, além de caracterizar o fundo latino do léxico português, comparativamente a outras línguas românicas, identifica as diferentes origens dos empréstimos que ao longo do tempo se lhe juntaram: pré-latinos; germânicos; árabes; do latim medieval, humanista e científico-erudito; franceses e provençais; «exóticos»; italianos, espanhóis e outros).

«Vimos no capítulo II que formas eruditas e semieruditas, calcadas no latim, penetraram na língua desde as suas origens. Este processo de enriquecimento do vocabulário jamais cessou. Tornou-se, porém, particularmente intenso no século XV, com a prosa didáctica e histórica, e no século XVI, em consequência das tendências gerais do Renascimento humanista. No século XV os latinismos alimentam a prosa de D. Pedro (*Virtuosa Benfeitoria*) e a de D. Duarte, o autor do *Leal Conselheiro*. [...] Com o Renascimento humanista e o prestígio dos estudos latinos, este fenómeno só irá amplificar-se.» (Teyssier 1982, 68–69).

«O vocabulário do português enriqueceu-se, como o de todas as línguas europeias, com um número considerável de termos que designam conceitos e objectos relativos à civilização científica e técnica. Foi-se, por vezes, buscar no léxico existente a palavra própria para denotar o objecto novo (ex.: *comboio*), mas, na maior parte dos casos, recorreu-se como nas outras línguas românicas – e sobre o seu modelo – às raízes greco-latinas; ex.: *automóvel*, *autocarro*, *televisão*. A língua continua, assim, a criar termos eruditos como sempre fez, desde as suas origens.» (Teyssier 1982, 73).

«O séc. XV em Portugal assistiu à chegada do Renascimento, enquanto tomada de contacto com a literatura clássica, lida directamente e servindo de inspiração cultural e também linguística. Nesta perspectiva, um resultado quase imediato foi a entrada maciça de empréstimos lexicais tomados ao latim literário (e através dele ao grego) e injectados no léxico português. O latim dos clássicos romanos (que não da Igreja) tornou-se modelo para a renovação do português literário, com efeitos particularmente modificadores a nível da frase e do léxico. Detecta-se aqui algum contraste entre a atitude dos renascentistas do XV, preocupados em explorar as possibilidades de adaptação da língua portuguesa a novas realidades conceptuais e expressivas, e a dos autores do XVI, que não hesitavam em importar latinismos intactos.» (Castro 2006, 167).

Recorrendo de novo ao testemunho do manuscrito quinhentista do Livro de José de Arimateia, comparativamente à cópia quatrocentista, conservadora, da Demanda do Santo Graal, reúne-se no Quadro 7 um conjunto de palavras (verbos, nomes e adjetivos) que eram usuais no português do século XIII, quando os dois textos foram conjuntamente traduzidos do francês (Castro 1983; 1993), mas já não o eram no português do século XVI. A comparação entre o número de ocorrências na Demanda do Santo Graal e o número de ocorrências (muitas vezes 0) no Livro de José de Arimateia torna claro que estamos perante algumas daquelas palavras que mereceram o seguinte apontamento do organizador da cópia quinhentista, Manuel Álvares, no prólogo da obra: «nom mudei senam os vocabulos ininteligiveis, que os que se podem entender na antiguidade daquele tempo os leixei ir».

Quadro 7: Léxico possivelmente pertencente à tradução duocentista da Post-Vulgata arturiana que é residual ou inexistente no Livro José de Arimateia, em contraste com a Demanda do Santo Graal

Léxico (verbos, nomes, adjetivos)	Nº de ocorrências		Possíveis substitutos em Arimateia
	Demanda	Arimateia	
<i>alçar</i>	52	0	<i>alcançar</i>
<i>aduzer</i>	82	0	<i>trazer</i>

Léxico (verbos, nomes, adjetivos)	Nº de ocorrências		Possíveis substitutos em Arimateia
	Demanda	Arimateia	
<i>assuar / assũar</i>	46	0	<i>ajuntar, juntar</i>
<i>avir</i>	328	29	<i>acontecer</i>
<i>catar</i>	159	15	
<i>coitar</i>	23	1	
<i>chagar</i>	198	14	<i>ferir, dar golpes, maltratar</i>
<i>esmar</i>	20	1	<i>pensar</i>
<i>espertar</i>	33	0	<i>acordar</i>
<i>filhar</i>	178	1	<i>tomar</i>
<i>guarir / gorir</i>	30	0	<i>sarar, guarecer</i>
<i>quitar</i>	28	2	
<i>sacar</i>	51	0	<i>tirar</i>
<i>semelhar</i>	183	4	<i>parecer</i>
<i>pres, prestes, presou, preserom, presera</i> PRENDER, Pret. perf. e mais-que-perf.	19	0	
<i>sia, siam, siia, siiam, seve, severom</i> SER, Pret. Imperf. e Pret. Perf.	42	0	
<i>ařam</i>	26	0	<i>vontade</i>
<i>covardice</i>	23	0	
<i>andança</i>	49	4	
<i>ledice / lidice</i>	100	0	<i>alegria, prazer, sabor</i>
<i>prez</i>	19	1	
<i>seeda / seda</i>	92	1	<i>cadeira</i>
<i>andante</i>	74	0	
<i>arrizado</i>	13	0	
<i>covardo</i>	14	0	
<i>esmorido</i>	20	0	<i>esmorecido</i>
<i>perjurado</i>	21	0	
<i>quite</i>	24	5	<i>livre</i>
<i>sanhudo</i>	26	3	
<i>seestro</i>	19	2	<i>esquerdo</i>

Fica assim exemplificado o reverso da inovação lexical, que é o foco de interesse de Paul Teyssier (1982) e Ivo Castro (2006). Significativamente, não se vê uma relação óbvia entre a «entrada maciça de empréstimos lexicais tomados ao latim literário» e o facto de palavras como as do Quadro 7 serem já desusadas no século XVI. Algumas das palavras que aparecem no Quadro 7 fazem parte da lista de «vocábulos antigos portugueses» de Duarte Nunes de Leão (*Origem da Língua Portuguesa*, 1606), nomeadamente, *adur*, *afã*, *consum*, *falha*, *filhar*, *hu*, *prez*, *toste* e *sanhudo*. Na mesma época que Duarte Nunes de Leão, também Rodrigues Lobo (*Corte na Aldeia*, 1616) se pronuncia sobre as palavras de que «se perdeu o uso»:

«E ao que dizeis das palavras antigas, posto que em algum tempo fôssem boas, não o ficam sendo na parte em que se perdeu o uso d'ellas; pois, como já disse, esse só é o fundamento e razão das palavras: e assim, não diremos *leixou*, *trouve*, *dixe*, *ca*, *sicais*, *acram*, *leidisse*, e outros vocabulos de que usaram auctores gravissimos de cujos escriptos podemos aprender a perfeição da lingua portugueza. E bastou o contrario uso para n'esta parte poderem seguir os que agora escrevem, e falam bem.» (Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, 1619).

O testemunho de Rodrigues Lobo mostra como o tema da obsolescência lexical tem uma interessante dimensão sociolinguística, e também geolinguística, já que as palavras desusadas pelos que «escrevem, e falam bem» não são necessariamente palavras inexistentes. Mas o estado da arte da lexicografia portuguesa (↗8 Lexicografia) não permite, satisfatoriamente, seguir o rasto às palavras que o padrão literário foi excluindo e que se terão perdido ou não. O estudo da dinâmica evolutiva do léxico, como a descreve Piel, vê-se assim bastante limitado, face a outros domínios da gramática histórica e da história da língua portuguesa.

«Este longo e laborioso passado explica a falta de homogeneidade, em perspectiva histórica, que caracteriza a sua estrutura. Com efeito, o conjunto vocabular do português nunca se manteve estacionário, antes evoluiu constantemente num ritmo ora mais, ora menos acelerado, evolução que não chegou ainda ao seu termo e que representa o esforço comum de homens procedentes de ambientes geográficos e sociais muito diversos. Entre as formas faladas-populares e as cultas-literárias observa-se uma permuta contínua e fertilizadora, em ambos os sentidos. Ao caudal vocabular do primitivo património afluí, em ondas sucessivas, uma infinidade de elementos estrangeiros, europeus e extra-europeus, entrando em linha de conta praticamente todas as línguas com que os Portugueses, no decorrer da sua história, estiveram, directa e indirectamente, em contacto.» (Piel 1989, 9).

3 Referências

- Ali, Manuel Said (1971, 1931), *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos.
- Alonso, Dámaso (1958), *Metafonía y neutro de materia en España*, *Zeitschrift für romanische Philologie* 74, 1–24.

- Alonso, Dámaso (1962a), *Ensondecimiento en el Norte peninsular de alveolares y palatales fricativas*, in: *La Fragmentación Fonética Peninsular*, Enciclopedia Lingüística Hispánica, Suplemento I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 85–103.
- Alonso, Dámaso (1962b), *Metafonía, neutro de materia y colonización suditaliana en la Península Hispánica*, in: *La Fragmentación Fonética Peninsular*, Enciclopedia Lingüística Hispánica, Suplemento I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 105–154.
- Alonso, Dámaso (1962c), *B = V en la Península Ibérica*, in: *La Fragmentación Fonética Peninsular*, Enciclopedia Lingüística Hispánica, Suplemento I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 155–209.
- Álvarez, Rosario/Xove, Xosé (2002), *Gramática da Lingua Galega*, Vigo, Galaxia.
- Álvarez Pérez, Xosé Afonso (2014), *European Portuguese dialectal features: a comparison with Cintra's proposal*, *Journal of Portuguese Linguistics* 13, 29–62.
- Álvarez Pérez, Xosé Afonso (2015), *Isoglossas portuguesas nos materiais do Atlas Lingüístico de la Península Ibérica: análise crítica da Nova Proposta de Lindley Cintra*, *Zeitschrift für romanische Philologie* 131, 185–223.
- Álvarez Pérez, Xosé Afonso/Saramago, João (2012), *Áreas lexicais galegas e portuguesas: um novo olhar para a proposta de Cintra*, *Estudis Romànics* 34, 55–97.
- Amaral, Patrícia/Howe, Chad (2012), *Nominal and verbal plurality in the diachrony of the Portuguese Present Perfect*, in: Brenda Laca/Patricia Cabredo-Hofherr (edd.), *Verbal Plurality and Distributivity*, Berlin/Boston, De Gruyter, 25–53.
- Aramon i Serra, Ramon (1957), *Notes sobre alguns calcs sintàctics en l'actual català literari*, in: Günter Reichenkron/Mario Wandruszka/Julius Wilhelm (edd.), *Syntactica und Stilistica: Festschrift für Ernst Gamillscheg zum 70. Geburtstag*, Tübingen, Niemeyer, 1–33.
- Avelar, Juanito/Callou, Dinah (2007), *Gramática e Variação no Português Brasileiro: Considerações sobre «ter-haver» e «de-em»*, in: Maria Lobo/Antónia Coutinho (edd.), *Textos Seleccionados do XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, 183–197.
- Avelar, Juanito/Callou, Dinah (2012), *Preservação e mudança na história do português: de possessivo a existencial*, *Matraga* 19:30, 224–235.
- Badia i Margarit, Antoni Maria (1947), *Los complementos pronominalo-adverbiales derivados de IBI e INDE en la Península Ibérica*, *Anejos de la Revista de Filología Española* 38, Madrid, Aguirre.
- Barbato, Marcello (2012), *Origen y evolución de las alomorfias vocálicas radicales*, *Revue de Linguistique Romane* 76, 39–63.
- Barbosa, Pilar/Flores, Cristina/Bastos-Gee, Ana (2016), *Variable Use of Strong Preterites in European Portuguese: A Quantitative and Theoretical Approach*, in: Olinco, *Olomouc Linguistics Colloquium, June 9–11, 2016, Book of Abstracts*, Olomouc, Palacký University, http://olinco.upol.cz/wp-content/uploads/2015/11/Olinco2016_book-of-abstracts.pdf (10.06.2016).
- Barreto, Therezinha Maria Mello (2002), *Observações sobre as conjunções no século XVI*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva/Américo Venâncio Lopes Machado Filho (edd.), *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*, Salvador/Feira de Santana, EDUFBA/UEFS, 161–193.
- Barros, Anabela Leal de (2002), *O Particípio Passado: Aspectos da sua morfologia do século XIII ao século XVI*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Batlloori, Montserrat (2007), *Sincronia i diacronia de «ser» i «estar»*, in: Sadurní Martí et al. (edd.), *Actes del Tretzè Col·loqui Internacional de Llengua i Literatura Catalanes, Universitat de Girona 8–13 de setembre de 2003*, vol. 2, Barcelona, Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 43–54.
- Batlloori, Montserrat/Roca, Francesc (2012), *Grammaticalization of «ser» and «estar» in Romance*, in: Dianne Jonas/John Whitman/Andrew Garrett (edd.), *Grammatical Change: Origins, Nature, Outcomes*, Oxford/New York, Oxford University Press, 73–92.

- Bechara, Evanildo (1991), *As fases da língua portuguesa escrita*, in: Dieter Kremer (ed.), *Actes du XVII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, vol. 3, Tübingen, Niemeyer, 68–76.
- Boléo, Manuel de Paiva/Silva, Maria Helena Santos (1974, ¹1959), *O Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental*, in: Manuel de Paiva Boléo, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. 1: *Dialectologia e História da Língua*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 309–352.
- Brissos, Fernando (2014), *New insights into Portuguese central-southern dialects: understanding their present and past forms through acoustic data from stressed vowels*, *Journal of Portuguese Linguistics* 13:1, 63–115.
- Brissos, Fernando (2015), *Dialectos portugueses do Centro-Sul: corpus de fenómenos e revisão do problema da (des)unidade*, *Zeitschrift für romanische Philologie* 131, 999–1041.
- Brissos, Fernando/Saramago, João (2014), *O problema da diversidade dialectal do Centro-Sul português: informação perceptiva versus informação acústica*, *Estudos de Linguística Galega* 5, 53–80.
- Brocardo, Maria Teresa (2005), *Sobre periodização da história do português europeu: Contributo para uma discussão*, *Iberoromania* 62, 97–117.
- Brocardo, Maria Teresa (2006), «Haver» e «ter» em português medieval: *Dados de textos dos séculos XIV e XV*, *Revue de Linguistique Romane* 70, 95–122.
- Brocardo, Maria Teresa (2010a), *Portuguese Plusperfect: Elements for a Diachronic Approach*, *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 5, 117–130.
- Brocardo, Maria Teresa (2010b), *O «passado do passado» – alguns dados para a história do pretérito mais-que-perfeito em português*, *Verba Hispanica* 20, 33–48.
- Brocardo, Maria Teresa (2013), *O pretérito perfeito – origem e evolução histórica*, in: Jasmina Markič/Clara Nunes Correia (edd.), *Descrições e Contrastes: Tópicos de gramática portuguesa com exemplos contrastivos eslovenos*, Ljubljana, Univerzav Ljubljani, Filozofska fakulteta, 111–117.
- Brocardo, Maria Teresa (2014), *Tópicos de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Colibri.
- Brocardo, Maria Teresa/Lopes, Célia Regina dos Santos Lopes (2016a), *History and Current Setting*, in: Leo Wetzels/João Costa/Sergio Menuzzi (edd.), *Handbook of Portuguese Linguistics*, Hoboken, NJ, Wiley Blackwell, 1–14.
- Brocardo, Maria Teresa/Lopes, Célia Regina dos Santos Lopes (2016b), *Main morphosyntactic changes and grammaticalization processes*, in: Leo Wetzels/João Costa/Sergio Menuzzi (edd.), *Handbook of Portuguese Linguistics*, Hoboken, NJ, Wiley Blackwell, 471–486.
- Câmara, JR., Joaquim Mattoso (1975), *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Padrão/Prolivro.
- Cardeira, Esperança (2005), *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Cardoso, Adriana (2010), *Variation and Change in the Syntax of Relative Clauses: New evidence from Portuguese*, tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Cardoso, Adriana (no prelo), *Portuguese Relative Clauses in Synchrony and Diachrony*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- Cardoso, Adriana (aceite), *Discontinuous noun phrases and remnant-internal relativization in the diachrony of Portuguese*, in: Ana Maria Martins/Adriana Cardoso (edd.), *Word Order Change*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- Cardoso, Adriana/Pereira, Susana (2003), *Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português*, *Revista da ABRALIN* 2, 159–181.
- Carneiro, Zenaide (2005), *Cartas da Bahia: Um estudo linguístico-filológico*, tese de Doutoramento, Campinas, SP, Universidade de Campinas.
- Carrilho, Ernestina (2008), *Beyond doubling: overt expletives in European Portuguese dialects*, in: Sjeef Barbiers et al. (edd.), *Microvariation in Syntactic Doubling*, Bingley, Emerald, 301–323.

- Carrilho, Ernestina (2009), *Sobre o expletivo «ele» em português europeu*, Estudos de Lingüística Galega 1, 7–26.
- Carrilho, Ernestina/Pereira, Sandra (2011), *Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em Português europeu*, in: Armanda Costa/Pilar Barbosa/Isabel Falé (edd.), *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, CD-ROM, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 125–139.
- Carrilho, Ernestina/Pereira, Sandra (2013), *On the areal dimension of non-standard syntax: Evidences from a Portuguese dialect corpus*, in: Alena Barysevic/Alexandra d'Arcy/David Heap (edd.), *Proceedings of Methods XIV – Papers from the Fourteenth International Conference on Methods in Dialectology 2011*, Bamberger Beiträge zur englischen Sprachwissenschaft/Bamberg Studies in English Linguistics 57, 69–79.
- Carvalho, Joaquim Brandão de (1989), *L'origine de la terminaison «-ão» du portugais: une approche phonétique nouvelle du problème*, Zeitschrift für romanische Phonologie 105, 148–160.
- Carvalho, José Herculano de (1984a), *Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo cabo-verdiano*, in: *Estudos Linguísticos*, vol. 2, Coimbra, Coimbra Editora, 7–31.
- Carvalho, José Herculano de (1984b), *Le vocalisme atone des parlers créoles du cap Vert*, in: *Estudos Linguísticos*, vol. 2, Coimbra, Coimbra Editora, 35–45.
- Carvalho, José Herculano de (1984c), *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas «e» e «o» em sílaba átona*, in: *Estudos Linguísticos*, vol. 2, Coimbra, Coimbra Editora, 77–103.
- Castro, Ivo (1983), *Sobre a data da introdução na Península Ibérica do ciclo arturiano da post-vulgata*, Boletim de Filologia 28, 81–98.
- Castro, Ivo (1991), *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Castro, Ivo (1993), *Demanda do Santo Graal; Livro de José de Arimateia; Matéria da Bretanha; Merlim*, in: Julia Lanciani/Giuseppe Tavan (edd.), *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 203–206, 409–411, 445–450, 456–458.
- Castro, Ivo (1999), *O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)*, in: Isabel Hub Faria (ed.), *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 367–370.
- Castro, Ivo (2004), *A primitiva produção escrita em português*, in: *Orígenes de las Lenguas Romanas en el Reino de León, Siglos IX–XII*, León, Centro de Estudios e investigación «San Isidoro»/Caja España de Inversiones/Archivo Histórico Diocesano, 69–97.
- Castro, Ivo (2006), *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1970), *Os ditongos decrescentes «ou» e «ei»: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*, in: *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica (1958)*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 115–134.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1971), *Nova proposta de classificação dos dialectos galego portugueses*, Boletim de Filologia 22, 81–116.
- Cintra, Luís Filipe Lindley (1983), *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- Ciutescu, Elena (2013a), *Micro-parametric variation in Romance causative constructions*, Bucharest Working Papers in Linguistics 15, 45–60.
- Ciutescu, Elena (2013b), *Remarks on the infinitival subject of perception verb complements: evidence for two syntactic configurations*, Revue Roumaine de Linguistique 58, 299–312.
- Colaço, Maria João/Cardeira, Esperança (2013), *«Menço» ou «minto»? Regularização de paradigmas verbais*, Diacrítica 27, 69–94.
- Costa, João/Pereira, Sandra (2013), *«a gente»: pronominal status and agreement revisited*, Linguistic Review 30, 161–184.
- Eide, Kristina (2006), *Word Order Structures and Unaccusative Verbs in Classical and Modern Portuguese: The Reorganisation of Information Structure*, tese de Doutoramento, Oslo, University of Oslo.

- Fiéis, Alexandra (2003), *Ordem de Palavras, Transitividade e Inacusatividade: Reflexão Teórica e Análise do Português dos Séculos XIII a XVI*, tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Fiéis, Alexandra/Lobo, Maria (2008), *As orações introduzidas por «des(de) que» na história do português*, in: Sónia Frota/Ana Lúcia Santos (edd.), *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, 167–178.
- Fiéis, Alexandra/Lobo, Maria (2009), *Para uma diacronia das orações causais e explicativas do português*, in: Alexandra Fiéis/Maria Antónia Coutinho (edd.), *Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 265–280.
- Fiéis, Alexandra/Lobo, Maria (2010), *Aspectos da sintaxe das orações gerundivas no Português Medieval e no Português Europeu Contemporâneo*, in: Ana Maria Brito et al. (edd.), *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, Associação Portuguesa de Linguística, 419–434.
- Fiéis, Alexandra/Lobo, Maria (2011), *Propriedades de gerúndios e de infinitivos em português antigo*, in: Armanda Costa/Pilar Barbosa/Isabel Falé (edd.), *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, CD-ROM, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 256–265.
- Fiéis, Alexandra/Lobo, Maria (2008), *As orações introduzidas por «des(de) que» na história do português*, in: Sónia Frota/Ana Lúcia Santos (edd.), *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Colibri, 167–178.
- Filipe, Laura Martins (2007), *O caso de «er»/«ar»: um ponto mal esclarecido na história da língua portuguesa*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Florêncio, Manuela (2001), *Dialecto Alentejano: contributos para o seu estudo*, Lisboa, Colibri/Centro de Estudos do Alentejo.
- Galves, Charlotte/Gibrail, Alba (aceite), *Subject inversion in transitive sentences from Classical to Modern European Portuguese: a corpus-based study*, in: Ana Maria Martins/Adriana Cardoso (edd.), *Word Order Change*, Oxford/New York, Oxford University Press.
- Galves, Charlotte/Kroch, Anthony (2016), *Main Syntactic Changes from a Principle-and-Parameters View*, in: Leo Wetzels/João Costa/Sergio Menuzzi (edd.), *Handbook of Portuguese Linguistics*, Hoboken, NJ, Wiley Blackwell, 471–486.
- Harris, Michael J. (2013), *The origin of the Portuguese inflected infinitive through a corpus analysis*, in: Jennifer Cabrelli Amaro et al. (edd.), *Proceedings of the 16th Hispanic Linguistics Symposium*, Somerville, MA, Cascadilla Proceedings Project, 303–311.
- Hart, Thomas (1955), *Notes on the Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation*, *Word* 11, 404–415.
- Hart, Thomas (1959), *The Overseas Dialects as Sources for the History of Portuguese Pronunciation*, in: *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (1957)*, vol. 1, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Junta de Investigação do Ultramar, 161–272.
- Houaiss, Antônio/Villar, Mauro de Salles/Franco, Francisco Manoel de Mello (2001), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva.
- Huber, Joseph (1986, ¹⁹³³), *Gramática do Português Antigo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kaiser, Georg A. (1999), *A ordem das palavras e a posição do verbo finito no português antigo*, in: Ferenc Pál (ed.), *Actas do Congresso Internacional Organizado por Motivo dos Vinte Anos do Português no Ensino Superior*, Budapeste, Departamento de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade Eötvös Loránd, 248–259.
- Kaiser, Georg A. (2002), *Verbstellung und Verbstellungswandel in den romanischen Sprachen*, Tübingen, Niemeyer.

- Lapesa, Rafael (1981), *Historia de la Lengua Española*, Madrid, Gredos.
- Lapesa, Rafael (2000), *Estudios de Morfosintaxis Histórica del Español*, Madrid, Gredos.
- Lima, José Pinto de (2014), *Studies on Grammaticalization and Lexicalization/Estudos de Gramaticalização e Lexicalização*, München, LINCOM Europa.
- Lobo, Maria/Carrilho, Ernestina (2015), *Combining geolinguistic sources in dialect syntax: Three case-studies through ALPI and CORDIAL-SIN*, in: Xulio Sousa/Carlota de Benito/Víctor Lara (edd.), *Syntactic Variation in Western European Languages: From the Noun Phrase to Clause Structure*, Dialectologia, Special Issue V, 141–166.
- Lobo, Tânia (2001), *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*, tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Lobo, Tânia (2002), *A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva/Américo Venâncio Lopes Machado Filho (edd.), *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*, Salvador/Feira de Santana, EDUFBA/UEFS, 83–101.
- Lopes, Célia Regina dos Santos (2001), *O percurso de «a gente» em tempo real de longa duração*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva (ed.), *Para a História do Português Brasileiro*, vol.2.1: *Primeiros Estudos*, São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, FAPESP, 127–148.
- Lopes, Célia Regina dos Santos (2003), *A inserção de «a gente» no quadro pronominal do português*, Frankfurt am Main/Madrid, Vervuert/Iberoamericana.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1986), *História do Galego-Português: Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI (com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação científica.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1995), *Sociolinguística histórica e periodização linguística: Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno*, Diacrítica 10, 3–30.
- Marques, Rui (2013), *Modo*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática da Língua Portuguesa*, vol. 1, cap. 19, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 673–693.
- Marquilhaes, Rita (2000), *A Faculdade das Letras: Leitura e escrita em Portugal no séc. XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Marquilhaes, Rita (2003), *Mudança analógica e elevação das vogais pretônicas*, in: Ivo Castro/Inês Duarte (edd.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 7–18.
- Marquilhaes, Rita (2004), *Traços distintivos, góticos e electrónicos*, in: Rosario Álvarez/Antón Santamarina (edd.), *(Dis) cursos da Escrita: Estudos de filoloxía galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 475–489.
- Marquilhaes, Rita (2009), *«Eu ainda sou vivo»: Sobre a edição e análise linguística de cartas de gente vulgar*, Estudos de Linguística Galega 1, 47–65.
- Martins, Ana Maria (1985), *Elementos para um Comentário Linguístico do Testamento de Afonso II (1214)*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Martins, Ana Maria (1988), *Metafonia verbal no português: Uma abordagem histórica*, in: Dieter Kremer (ed.), *Homenagem ao Prof. Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*, Tübingen, Niemeyer, 349–366.
- Martins, Ana Maria (1994), *Clíticos na História do Português*, tese de Doutorado, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Martins, Ana Maria (1995), *A evolução das vogais nasais finais «-ã», «-õ», «-ê» no português*, in: Cilene da Cunha Pereira/Paulo R. D. Pereira (edd.), *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários In Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 617–646.
- Martins, Ana Maria (1997), *Aspectos da Negação na História das Línguas Românicas: Da natureza de palavras como «nenhum», «nada», «ninguém»*, in: Ivo Castro (ed.), *Actas do XII Encontro*

- Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. 2, *Linguística Histórica e História da Linguística*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 179–210.
- Martins, Ana Maria (1999), *Os mais antigos textos escritos em português: Documentos de 1175 a 1252*, in: Isabel Hub Faria (ed.), *Lindley Cintra: Homenagem ao Mestre, ao Homem e ao Cidadão*, Lisboa, Edições Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 491–534.
- Martins, Ana Maria (2000), *Polarity items in Romance: Underspecification and lexical change*, in: Susan Pintzuk/George Tsoulas/Anthony Warner (edd.), *Diachronic Syntax: Models and Mechanisms*, Oxford/New York, Oxford University Press, 191–219.
- Martins, Ana Maria (2001), *On the origin of the Portuguese inflected infinitive: a new perspective on an enduring debate*, in: Laura Brinton (ed.), *Historical Linguistics 1999: Selected Papers from the 14th International Conference on Historical Linguistics*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 207–222.
- Martins, Ana Maria (2002a), *Mudança sintáctica e História da Língua Portuguesa*, in: Brian F. Head et al. (edd.), *História da Língua e História da Gramática: Actas do Encontro*, Braga, Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos, 251–297.
- Martins, Ana Maria (2002b), *The Loss of IP-scrambling in Portuguese: Clause Structure, Word Order Variation and Change*, in: David Lightfoot (ed.), *Syntactic Effects of Morphological Change*, Oxford/New York, Oxford University Press, 232–248.
- Martins, Ana Maria (2003), *Relatório da cadeira de História da Língua Portuguesa, apresentado a concurso para Professor Associado do 2^o Grupo A (Linguística Geral e Românica) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Martins, Ana Maria (2005), *Clitic Placement, VP-ellipsis and scrambling in Romance*, in: Montserrat Batllori et al. (edd.), *Grammaticalization and Parametric Change*, Oxford/New York, Oxford University Press, 175–193.
- Martins, Ana Maria (2006a), *Para a história do vocalismo átono português: a propósito do Testamento de D. Afonso II de 1214*, in: Clarinda de Azevedo Maia/Ana Cristina Macário Lopes/Graça Maria Rio-Torto (edd.), *Miscelânea de Estudos in memoriam José G. Herculano de Carvalho*, Revista Portuguesa de Filologia 35:1 [2003–2006], 295–319.
- Martins, Ana Maria (2006b), *Aspects of infinitival constructions in the history of Portuguese*, in: Randall S. Gess/Deborah Arteaga (edd.), *Historical Romance Linguistics: Retrospective and Perspectives*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 327–355.
- Martins, Ana Maria (2007), *O primeiro século do português escrito*, in: Ana Boullón Agrelo (ed.), *Na Nosa Lyngoage Galega: A Emerxencia do Galego como Língua Escrita na Idade Media*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega/Instituto da Língua Galega, 161–184.
- Martins, Ana Maria (2009), *Subject doubling in European Portuguese dialects: the role of impersonal «se»*, in: Enoch O. Aboh et al. (edd.), *Romance Languages and Linguistic Theory: Selected papers from «Going Romance» Amsterdam 2007*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 179–200.
- Martins, Ana Maria (2011), *Scrambling and Information Focus in Old and Contemporary Portuguese*, *Catalan Journal of Linguistics* 10, 1–26.
- Martins, Ana Maria (2013), *Copiar o português duocentista: A Demanda e o José de Arimateia*, in: Rosario Álvarez et al. (edd.), *Ao Sabor do Texto: Estudos dedicados a Ivo Castro*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 383–402.
- Martins, Ana Maria (2014a), *Syntactic Change in Portuguese and Spanish: Divergent and parallel patterns of linguistic splitting*, in: Patrícia Amaral/Ana Maria Carvalho (edd.), *Portuguese-Spanish Interfaces: Diachrony, synchrony, and contact*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 35–64.
- Martins, Ana Maria (2014b), *An argument against verb-second in Old Portuguese*, in: Alexandra Fiéis/Maria Lobo/Ana Madeira (edd.), *O Universal e o Particular: Uma vida a comparar, Homenagem a Maria Francisca Xavier*, Lisboa, Colibri, 207–216.

- Martins, Ana Maria (2015a), *Negation and NPI composition inside DP*, in: Theresa Biberauer/George Walkden (edd.), *Syntax over Time: Lexical, Morphological and Information-Structural Interactions*, Oxford/New York, Oxford University Press, 102–122.
- Martins, Ana Maria (2015b), *Ordem de palavras e polaridade: inversão nominal negativa com «algun»/«alguno» e «nenhum»*, *Diacrítica* 29, 401–428.
- Martins, Ana Maria (aceite), *Infinitival complements of causative/perception verbs in a diachronic perspective*, in: Anabela Gonçalves/Ana Lúcia Santos (edd.), *Complement Clauses in Portuguese: Syntax and Acquisition*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins.
- Martins, Ana Maria/Saramago, João (1993), *As sibilantes em português: um estudo de geografia linguística e de fonética experimental*, in: Ramón Lorenzo (ed.), *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filología Románicas, Universidade de Santiago de Compostela, 1989, Sección IV: Dialectología e Xeografía Lingüística, Sección VIII: Onomástica*, A Coruña, Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa», 121–142.
- Mateus, Maria Helena/Andrade, Ernesto d' (2000), *The Phonology of Portuguese*, Oxford, Oxford University Press.
- Mateus, Maria Helena Mira, et al. (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- Meier, Harri (1948), *A evolução dos pretêritos fortes em português*, in: Harri Meier, *Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa, Edição da Revista de Portugal, 31–54.
- Miller, D. Gary (1992), *Complex Verb Formation*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins.
- Morais, Maria Aparecida Torres (2001), *Aspectos da história das palavras negativas no português*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva (ed.), *Para a História do Português Brasileiro*, vol. 2.1: *Primeiros Estudos*, São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, FAPESP, 149–203.
- Moreira, Júlio (1922), *Estudos de Língua Portuguesa: Subsídios para a Syntaxe Histórica e Popular*, Lisboa, Clássica Editora.
- Mota, Maria Antónia Coelho da/Rodrigues, Maria Celeste/Soalheiro, Elisabete (2003), *Padrões flexionais nos pretêritos fortes em PE falado setentrional*, in: Ivo Castro/Inês Duarte (edd.), *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 129–155.
- Muidine, Soraya Aboo (2000), *Os pronomes «i» e «en(de)» no português dos séculos XIII a XVI*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Naro, Anthony J. (1971), *The history of «e» and «o» in Portuguese: a study in linguistic drift*, *Language* 47, 615–645.
- Naro, Anthony J. (1976), *The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: A study in syntactic change as a surface phenomenon*, *Language* 52, 778–810.
- Nunes, Jairo (1990), *O famigerado «se»: Uma análise sincrónica e diacrónica das construções com «se» apassivador e indeterminador*, dissertação de Mestrado, Campinas, SP, Universidade de Campinas.
- Nunes, Jairo (1991), *«Se» apassivador e «se» indeterminador: o percurso diacrónico no português brasileiro*, *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 20, 33–58.
- Nunes, José Joaquim (1975, 1919), *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: Fonética e Morfologia*, Lisboa, Clássica Editora.
- Oliveira, Fátima (2013), *Tempo Verbal*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática do Português*, vol. 1, cap. 15, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 509–553.
- Parkinson, Stephen (2002), *The Portuguese final nasals: documenting a chronology*, *Santa Barbara Portuguese Studies* 6, 287–306.
- Pereira, Sandra (2003), *Gramática comparada de «a gente»: variação no português europeu*, dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pereira, Sandra (2012), *Protótipo de um Glossário dos Dialectos Portugueses com Anotação Sintática*, tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.

- Pereira, Sandra (2015), *Causative and Perception Constructions in European Portuguese: the dialectal data*, in: Xulio Sousa/Carlota de Benito/Víctor Lara (edd.), *Syntactic Variation in Western European Languages: From the Noun Phrase to Clause Structure*, Dialectologia, Special Issue V, 53–80.
- Pereira, Sílvia Afonso (2014a), *A sintaxe na classificação dos dialetos portugueses*, in: António Moreno et al. (edd.), *Textos Seleccionados do XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto, Associação Portuguesa de Linguística, 445–464.
- Pereira, Sílvia Afonso (2014b), *Variação sintática em Portugal e a fronteira com a Galiza*, in: Xulio Sousa/Marta Negro Romero/Rosario Álvarez (edd.), *Lingua e identidade na fronteira galego-portuguesa*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 201–224.
- Pereira, Sílvia Afonso (2015), *Predicative constructions with gerunds in European Portuguese dialects*, in: Xulio Sousa/Carlota de Benito/Víctor Lara (edd.), *Syntactic Variation in Western European Languages: From the Noun Phrase to Clause Structure*, Dialectologia, Special Issue V, 351–371.
- Peres, João/Móia, Telmo (1995), *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- Piel, Joseph M. (1944), *A flexão verbal do português (Estudo de morfologia histórica)*, Biblos 20, 359–404.
- Piel, Joseph M. (1989), *Origens e estruturação histórica do léxico português (1976)*, in: *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 9–16.
- Pinto, Adelina Angélica (1981), *A africada č em português: Estudo sincrónico e diacrónico*, Boletim de Filologia 26, 139–192.
- Pinto, Clara (2015), *Para a história da negação: o minimizador «homem» no português antigo*, Estudos de Linguística Galega 7, 109–123.
- Poggio, Rosauta Maria Galvão Fagundes (2002a), *Processos de Gramaticalização de Preposições do Latim ao Português: Uma abordagem funcionalista*, Salvador, EDUFBA.
- Poggio, Rosauta Maria Galvão Fagundes (2002b), *Comparação entre algumas preposições portuguesas documentadas no século XVI e no século XIV*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva/Américo Venâncio Lopes Machado Filho (edd.), *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*, Salvador/Feira de Santana, EDUFBA/UEFS, 217–236.
- Ramos Alfajarín, Joan Rafael (2000), *«Ésser», «estar» i «haver-hi» en català antic: estudi sintàctic i contrastiu*, València/Barcelona, Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana/Publicacions de l'Abadia de Montserrat.
- Révah, Israel Salvator (1958), *L'évolution de la prononciation au Portugal et au Brésil du XV^e siècle à nos jours*, in: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 387–399.
- Ribeiro, Ilza (1995a), *A Sintaxe da Ordem no Português Arcaico: O Efeito V2*, tese de Doutorado, Campinas, SP, Universidade de Campinas.
- Ribeiro, Ilza (1995b), *Evidence for a Verb-second Phase in Old Portuguese*, in: Adrian Battye/Ian Roberts (edd.), *Clause Structure and Language Change*, Oxford/New York, Oxford University Press, 110–139.
- Ribeiro, Ilza (1996), *A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas «ter», «haver» e «ser»*, in: Mary A. Kato/Ian Roberts (edd.), *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 343–386.
- Rinke, Esther (2007), *Syntaktische Variation aus synchronischer und diachronischer Perspektive: Die Entwicklung der Wortstellung im Portugiesischen*, Frankfurt, Vervuert/Iberoamericana.
- Rinke, Esther (2009), *Verb Placement in Old Portuguese*, in: Andreas Dufter/Daniel Jacob (edd.), *Focus and Background in Romance Languages*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 309–332.
- Rinke, Esther (2010), *A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português*, Estudos de Linguística Galega 2, 121–139.
- Rojas, Eunice (2004), *Análisis Comparativo-Diacrónico de los Usos de «Ser» y «Estar» en Español y en Catalán*, dissertação de Mestrado, Athens, Georgia, University of Georgia.

- Salvi, Giampaolo (1990), *La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica*, *Medioevo Romanzo* 15, 177–210.
- Salvi, Giampaolo (2000), *La formazione del sistema V2 delle lingue romanze antiche*, *Lingua e Stile* 35, 665–692.
- Saramago, João (1992), *Le parler de l'île de Corvo – Açores*, *Géolinguistique*, Hors série n° 1, Grenoble, Centre de Dialectologie, Université Stendhal, Grenoble III/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, INIC.
- Saramago, João/Segura, Luísa (2001), *Variedades dialetais portuguesas*, in: Maria Helena Mira Mateus (ed.), *Caminhos do Português: Exposição Comemorativa do Ano Europeu das Línguas (Catálogo)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 221–237.
- Scida, Emily (2004), *The Inflected Infinitive in Romance Languages*, New York/London, Routledge.
- Segura, Luísa (1988), *A Fronteira Dialeto do Barlavento do Algarve*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Segura, Luísa (2013), *Variedades dialetais do Português Europeu*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática do Português*, vol. 1, cap. 5, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 85–142.
- Segura, Luísa/Saramago, João (1999), *Açores e Madeira: autonomia e coesão dialetais*, in: Isabel Hub Faria (ed.), *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 707–738.
- Silva, Augusto Soares (2012), *Stages of grammaticalization of causative verbs and constructions in Portuguese, Spanish, French and Italian*, *Folia Linguistica* 42, 513–552.
- Silva, Giselle Machline de Oliveira e (1982), *Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro*, tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Silva, Giselle Machline de Oliveira e (1996), *Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico*, in: Giselle Machline de Oliveira e Silva/Maria Marta Scherre (edd.), *Padrões Sociolinguísticos*, Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 119–145.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1989), *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1991), *O Português Arcaico: Fonologia*, São Paulo, Contexto.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1994a), *Para uma caracterização do período arcaico do português*, *D.E.L.T.A.* 10, 247–276.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (1994b), *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*, São Paulo, Contexto.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (2002a), *A definição da oposição «ser»/«estar» em estruturas atributivas nos meados do século XVI*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva/Américo Venâncio Lopes Machado Filho (edd.), *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*, Salvador/Feira de Santana, EDUFBA/UEFS, 103–117.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (2002b), *Vitórias de «ter» sobre «haver» nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva/Américo Venâncio Lopes Machado Filho (edd.), *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*, Salvador/Feira de Santana, EDUFBA/UEFS, 119–142.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (2002c), *A variação «ser»/«estar» e «haver»/«ter» nas Cartas de D. João III entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros*, in: Rosa Virgínia Mattos e Silva/Américo Venâncio Lopes Machado Filho (edd.), *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*, Salvador/Feira de Santana, EDUFBA/UEFS, 143–160.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (2008a), *O Português Arcaico: Uma Aproximação*, vol.1: *Morfologia e Sintaxe*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Silva, Rosa Virgínia Mattos e (2008b), *O Português Arcaico: Uma Aproximação*, vol. 2: *Sintaxe e Fonologia*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

- Silva Domínguez, Carme (2002), *Frases Nominais com Posesivo en Galego: Estructura e valores referenciais*, Verba, Anuario Galego de Filoloxía, Anexo 50, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Silva-Villar, Luis (2001), *Verbless derivations in historical syntax: A case study of Northwestern Iberian languages*, in: Javier Gutiérrez-Rexach/Luis Silva-Villar (edd.), *Current Issues in Spanish Syntax and Semantics*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 309–346.
- Sória, Maíra Vasconcellos de Paiva (2013), «Nós», «a gente» e o sujeito nulo de primeira pessoa do plural, dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Souto Cabo, José António (2003), *Nas origens da expressão escrita galego-portuguesa: Documentos do séc. XII*, Diacrítica 17, 329–385.
- Teyssier, Paul (1981), *Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles*, Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale 6, 5–39.
- Teyssier, Paul (1982), *História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa.
- Vasconcelos, José Leite de (1901), *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris/Lisboa, Aillaud.
- Vasconcelos, José Leite de (1928), *Opúsculos II: Dialectologia (Parte I)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Vasconcelos, José Leite de (⁴1966, ¹1911), *Lições de Filologia Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- Vasconcelos, José Leite de (1985), *Opúsculos VI: Dialectologia (Parte II)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Vázquez Cuesta, Pilar/Luz, M. Albertina Mendes da (1971), *Gramática Portuguesa*, Madrid, Gredos.
- Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (³1973, ¹1883), *Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise, d'après le dialecte actuel de Lisbonne*, in: *Estudos de Fonética Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 83–152.
- Viana, Aniceto dos Reis Gonçalves (1903), *Portugais: phonétique et phonologie, morphologie, textes*, Leipzig, Teubner.
- Wanner, Dieter (1991), *The Tobler-Mussafia Law in Old Spanish*, in: Héctor Campos/Fernando Martínez-Gil (edd.), *Current Studies in Spanish Linguistics*, Washington, DC, Georgetown University Press, 313–378.
- Wanner, Dieter (2014), *The position of Ibero-Romance in the Romania and of Portuguese within Ibero-Romance*, in: Patrícia Amaral/Ana Maria Carvalho (edd.), *Portuguese-Spanish Interfaces: Diachrony, synchrony, and contact*, Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 11–34.
- Williams, Edwin (³1975, ¹1938), *Do Latim ao Português: Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa*, Brasília, Instituto Nacional do Livro.

Parte 1: Visões gerais

Tjerk Hagemeijer

2 O português em contacto em África

Abstract: Em razão da presença portuguesa em África a partir do século XV e da consequente adaptação do português (europeu) a novas ecologias linguísticas, emergiram neste continente, em dois períodos históricos distintos, dois grupos de línguas crioulas de base lexical portuguesa, os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné, assim como um conjunto de novas variedades do português, faladas nas antigas colónias portuguesas. Neste capítulo, propomo-nos, por um lado, descrever as condições históricas e sociolinguísticas em que estas novas línguas e variedades surgiram e se desenvolveram e, por outro lado, discutir algumas das tendências de variação linguística que têm vindo a ser descritas para o português em África, analisando-as quer à luz do contacto com línguas crioulas e línguas bantu quer à luz de mudança interna.

Keywords: variedades africanas do português, crioulos de base lexical portuguesa em África, línguas bantu, contacto de línguas, variação e mudança linguísticas

1 Introdução

A presença portuguesa na África subsaariana remonta ao século XV, quando se inicia o reconhecimento do continente africano por via marítima. Até ao século XIX, este reconhecimento resulta sobretudo na ocupação dispersa de zonas costeiras e ilhas, através de entrepostos, feitorias e fortalezas, dedicados a atividades económicas, tais como o tráfico de escravos e a produção de açúcar. O século XIX, e especialmente o período que se segue à Conferência de Berlim (1884–1885), marca o início da colonização efetiva de África.

A presença histórica da língua portuguesa em África teve várias consequências linguísticas. Em primeiro lugar, do contacto entre o português e diferentes línguas africanas continentais surgiu, no decorrer dos séculos XV e XVI, um conjunto de línguas crioulas de base lexical portuguesa na Alta Guiné e no Golfo da Guiné. Em segundo lugar, no século XX, assistimos à emergência e gradual consolidação de novas variedades de português, fruto da colonização efetiva dos espaços africanos. A terceira consequência, porventura a menos conhecida e que não será aqui desenvolvida, consiste na integração de léxico de origem portuguesa em inúmeras línguas em África com as quais o português teve, historicamente, contacto, quer línguas faladas nas antigas colónias portuguesas quer outras.

A formação destes crioulos e a emergência destas novas variedades de português resultam de diferentes graus de reestruturação linguística num cenário de aquisição de língua não materna (L2), os quais dependem de fatores sociais e linguísticos

específicos, tais como o grau de acesso e exposição à língua-alvo (o português), aspetos demográficos e a tipologia das línguas em contacto. No caso da criouliização, a necessidade de falantes de diferentes línguas criarem uma plataforma de comunicação comum resulta na emergência de um código L2 que é nativizado. Na maioria dos casos, trata-se de um processo relativamente rápido em que as línguas ancestrais são gradualmente abandonadas em detrimento da nova língua. A situação das novas variedades é distinta, uma vez que as diferentes línguas maternas (L1) continuam a coexistir com o português, a língua promovida por políticas linguísticas oficiais.

Este capítulo segue a seguinte estrutura. A secção 2 apresenta sumariamente os dois grupos de crioulos de base lexical portuguesa falados em África. As secções seguintes incidem sobre o português em África. Na caracterização sociolinguística e histórica contida na secção 3 discute-se o percurso das variedades africanas do português, com especial atenção para o período pós-independência e a questão da transição de L2 para L1 em algumas variedades. A secção 4, que está dividida em diferentes subsecções, aborda, primeiro, aspetos relacionados com o estado da investigação sobre as variedades africanas do português (secção 4.1). Em seguida, nas secções 4.2–4.5, discutimos algumas tendências no domínio da morfossintaxe e da sintaxe que caracterizam as variedades africanas do português e a sua relação com estruturas observadas nas línguas com que estas variedades estão em contacto.

2 Crioulos de base lexical portuguesa em África

O povoamento e o desenvolvimento da Alta Guiné e do Golfo da Guiné, a partir da segunda metade do século XV, apresentam semelhanças significativas do ponto de vista administrativo, económico, social e religioso (e.g. Seibert 2012). A importação maciça de escravos de diferentes origens etnolinguísticas para satisfazer os ciclos económicos da produção de açúcar e do tráfico de escravos resultou na génese de dois grupos de crioulos de base lexical portuguesa de formação independente, os crioulos da Alta Guiné e os crioulos do Golfo da Guiné, fruto do contacto entre o português e diferentes línguas africanas continentais.

Os crioulos da Alta Guiné incluem o kabuverdianu (crioulo de Cabo Verde), o kriol (crioulo da Guiné-Bissau) e o kriyol ou lingu kriston (crioulo de Casamansa) na zona de Ziguinchor, no Senegal. Alguns estudiosos propõem também a inclusão, neste grupo, do papiamentu, falado nas ilhas caribenhas Aruba, Bonaire e Curaçau (e.g. Quint 2000; Jacobs 2010). O debate sobre o berço da proto-língua que deu origem a estes crioulos tem-se centrado em duas hipóteses: a hipótese continental (rios ou praças da Guiné) e a hipótese insular (ilha de Santiago) (ver, por exemplo, a discussão em Jacobs 2010). Em termos linguísticos, para além do português, a língua de superstrato, parecem ter tido um papel preponderante línguas de substrato, como o wolof, da família atlântica, e o mandinga, da família mande. À exceção do crioulo de

Casamansa, cujo número de falantes é baixo e está a diminuir, os crioulos da Alta Guiné apresentam uma grande vitalidade linguística, inclusive nas diásporas.

Os crioulos do Golfo da Guiné, por sua vez, incluem o angolar, o lung'ie (lit. 'língua da ilha' – o crioulo do Príncipe), o santome (também designado forro, crioulo de S. Tomé), todos falados em S. Tomé e Príncipe, e ainda o fa d'ambô (lit. 'fala de Ano Bom'), falado na Guiné Equatorial. Apesar de estas quatro línguas não serem mutuamente inteligíveis, existe abundante evidência histórica e linguística a favor de uma origem partilhada (e.g. Hagemeijer 2011). O proto-crioulo do Golfo da Guiné ter-se-á formado no nordeste da ilha de S. Tomé, tendo-se ramificado no século XVI, devido à dispersão populacional, para as ilhas do Príncipe e de Ano Bom e, no caso do angolar, em consequência da fuga de escravos, para outras zonas de S. Tomé. No que respeita ao substrato dos crioulos do Golfo da Guiné, destaca-se a importância do edo (família edóide, Nigéria), bem como do quicongo e do quimbundo (línguas bantu do Congo e de Angola). Diferentemente dos crioulos da Alta Guiné, a vitalidade dos crioulos do Golfo da Guiné encontra-se atualmente ameaçada em maior ou menor grau. O lung'ie, em particular, terá hoje em dia no máximo algumas centenas de falantes ativos.

Apesar de o léxico predominantemente de origem portuguesa constituir o elo de ligação entre os crioulos da Alta Guiné e os crioulos do Golfo da Guiné, é de realçar que as diferenças linguísticas entre os dois grupos de línguas são substanciais (e.g. Ferraz 1987; Hagemeijer/Alexandre 2012), revelando o impacto de histórias sociais e línguas de substrato distintas no período de formação das protolínguas que surgiram na Alta Guiné e no Golfo da Guiné. Para uma caracterização (socio)linguística, amostras e fontes para estes crioulos, remetemos para Michaelis et al. (2013a; 2013b; 2013c) e Cardoso/Hagemeijer/Alexandre (2015).

3 Caracterização histórica e sociolinguística do português em África

Até às independências dos países africanos de língua oficial portuguesa (1975), o português era essencialmente uma L2 pouco falada por grande parte das respetivas populações. Esta situação veio a alterar-se bastante nas últimas décadas e atualmente pode fazer-se a distinção entre países onde o português não constitui a língua materna da população e países onde o português apresenta um crescente número de falantes nativos.

A primeira situação verifica-se em Cabo Verde, onde o crioulo cabo-verdiano é a língua materna exclusiva da população, e na Guiné-Bissau, onde o crioulo guineense reparte o estatuto de língua materna com cerca de 20 línguas africanas pertencentes às famílias atlântica (e.g. balanta, fula, papel e manjaco) e mande (e.g. mandinga), do Níger-Congo (Couto 2009). De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau relativos a 2009, o português é falado por 27,1% da população e o

crioulo por 90,4% da população, subentendendo-se que estas percentagens abrangem tanto falantes L1 como L2. Em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, os crioulos desempenham o papel de língua de unidade nacional.

A segunda situação caracteriza o contexto linguístico de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, onde o número de falantes L1 e L2 do português tem vindo a crescer rapidamente e onde esta língua desempenha o papel de língua de unidade nacional. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola, obtidos no Censo de 2014, num universo de aproximadamente 25,7 milhões de angolanos 71,15% falam português, um número que supera largamente as percentagens das línguas bantu mais faladas, o umbundo, o quicongo e o quimbundo, com percentagens de falantes de, respetivamente, 22,96%, 8,24% e 7,82%. Em relação a Moçambique, o censo moçambicano relativo a 2007 mostra que 10,7% da população falava o português como língua materna e 39,7% como língua não materna (e.g. Gonçalves 2012). De acordo com o mesmo censo, o português é hoje a segunda língua materna mais falada de Moçambique, ficando apenas atrás do macua (falado como L1 por 25,2% da população). No censo anterior, de 1997, no entanto, havia mais três línguas bantu que apresentavam mais falantes L1 do que o português (changana, lomue e sena). Em S. Tomé e Príncipe, o censo de 2011 indica uma percentagem de cerca de 91% de falantes do português, sem distinção entre falantes nativos e não nativos. De acordo com o mesmo censo, o forro, o crioulo maioritário em S. Tomé, era falado, em 2011, apenas por uns 33% da população, corroborando o papel dominante do português neste país.¹

A par de alguns problemas com a origem e a consistência dos dados estatísticos acima referidos, Gonçalves (2012) alerta para o facto de estes representarem uma autoavaliação das competências linguísticas dos recenseados. Ainda assim, fica claro que as independências representam o ponto de viragem: em 1975, apenas 1 a 2% da população angolana falava o português como língua materna e 15 a 20% como língua não materna (Endruschat 1990); em Moçambique, estas percentagens eram de, respetivamente, 1,2% e de 24,4% em 1980 (Gonçalves 2013); e em S. Tomé e Príncipe, cerca de 63% da população falava português (L1/L2) em 1981, o que mostra que a transição para o português neste país já se vinha a consolidar no tempo colonial.

A crescente nativização da antiga língua colonial em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe é um fenómeno que não se verifica em relação a outras línguas ex-coloniais em África e pode ser explicado através de fatores comuns e diferenciados. Fatores como o estatuto neutro, de L2, do português face à fragmentação linguística das L1, a massificação do ensino, o aumento da mobilidade social, a timidez das

1 Numa publicação em linha de 2010, o Observatório da Língua Portuguesa refere as seguintes percentagens de falantes do português: Angola (60%), Cabo Verde (95%), Guiné-Bissau (60%), Moçambique (50%), S. Tomé e Príncipe (95%), referindo que estas percentagens «foram consideradas com base em elementos obtidos junto das diferentes delegações nacionais participantes na IV Conferência Estatística da CPLP realizada em Lisboa a 1 e 2 de Julho de 2010». Embora não seja explicitado, estes números integram falantes L1 e L2.

políticas linguísticas efetivas em prol das línguas nacionais, assim como o prestígio do português enquanto língua de ascensão social, terão sido fundamentais na maior difusão do português.

No caso de Angola, em concreto, a presença portuguesa era muito significativa no período que antecedeu a independência, o que terá contribuído para um maior enraizamento do português como língua franca. Depois da independência, em consequência do longo período do conflito armado (1975–2003), o êxodo de populações falantes de diferentes línguas bantu do interior para o litoral, em particular para a capital, Luanda, reforçou o papel do português como língua franca. A presença portuguesa em Moçambique, por outro lado, foi menor no tempo colonial e o conflito armado que se seguiu à independência foi menos desestruturante do que em Angola, o que poderá ajudar a explicar o crescimento mais lento do número de falantes do português L1/L2 em Moçambique.

Em S. Tomé e Príncipe falavam-se essencialmente as línguas crioulas até meados do século XIX. Contudo, com a abolição da escravatura, o poder colonial instituiu o chamado regime do contrato, que conduziu um grande contingente de mão de obra angolana, cabo-verdiana e moçambicana até às ilhas de S. Tomé e Príncipe para trabalharem nas culturas de café e de cacau. O impacto demográfico foi de tal forma maciço que esta nova população rapidamente ultrapassou em número a população nativa das ilhas. Uma vez que a população nativa, os forros, se mantinha deliberadamente segregada destes contratados e dos seus descendentes, os chamados tongas (Rougé 1992), a população recém-chegada às ilhas começou a adotar o português como L2 e língua franca, em detrimento do forro. Devido ao baixo índice de repatriamentos de cabo-verdianos, o crioulo de Cabo Verde é ainda hoje amplamente falado em S. Tomé e Príncipe, tendo inclusive mais falantes do que o angolano e o *lung'ie*, dois dos crioulos autóctones, de acordo com o censo de 2011. Tal como em Angola e Moçambique, a consolidação, hegemonia e a nativização do português em S. Tomé e Príncipe é um fenómeno que está ligado ao período pós-independência (Gonçalves/Hagemeijer 2015).

A tendência de subida das percentagens de falantes (nativos) do português no contexto multilingue de Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe tem necessariamente consequências para as outras línguas faladas nesses espaços. A diminuição acentuada da percentagem de falantes do forro, em S. Tomé, nas últimas décadas, é um exemplo paradigmático. Gonçalves (2012) explica que em Moçambique, em particular no seio da população mais escolarizada das cidades, a partir da entrada para a escola, o português passa frequentemente a ser a língua dominante de populações cuja L1 na primeira infância era uma língua bantu. A exposição reduzida à L1 pode ser considerada uma etapa intermédia num processo coletivo de mudança e erosão linguísticas, o qual está a ocorrer igualmente em Angola e está praticamente concluído em S. Tomé e Príncipe. Para travar este processo, Moçambique, em particular, tem adotado políticas linguísticas efetivas que promovam as línguas nacionais, tais como o projeto de escolarização bilingue, implementado em 1993, que envolve 16 línguas bantu.

Em suma, fatores sociolinguísticos específicos e a democratização da língua portuguesa a seguir às independências tiveram um impacto direto nas relações diglósicas em Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, onde a situação de diglossia estável que caracterizava o período colonial deu lugar a uma de diglossia instável que cada vez mais irradia dos centros urbanos para o interior.

4 Caracterização linguística do português em África

Esta secção tem por objetivo descrever alguns traços linguísticos em que as variedades africanas do português se distanciam do português europeu e convergem ou divergem entre si e discutir o papel do contacto de línguas e de processos mais gerais nas estruturas observadas. Focaremos em especial as áreas da morfossintaxe e da sintaxe, com maior atenção para as variedades angolana, moçambicana e são-tomense, onde há um uso mais alargado do português (L1 e L2). Segue-se, primeiro, uma secção que aborda algumas questões gerais relacionadas com o estado do estudo científico do português em África.

4.1 A investigação sobre as variedades africanas do português: questões prévias

A investigação linguística sobre as variedades africanas do português restringe-se essencialmente ao período pós-independência, que marca o início da massificação e consolidação do português. Contudo, existe uma discrepância significativa entre as diferentes variedades africanas do português do ponto de vista da sua descrição. Comparando as duas variedades com mais peso demográfico e geográfico, conclui-se que o estudo científico da variedade moçambicana está mais desenvolvido do que o da variedade angolana, ao passo que as variedades de português de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe e especialmente da Guiné-Bissau são menos conhecidas, apresentando, de um modo geral, uma produção académica mais recente.² Verifica-se igualmente um desequilíbrio em relação às áreas da gramática investigadas. Têm sido privilegiadas áreas como a sintaxe (e.g. clíticos, duplos objetos, regência verbal) e a morfossintaxe (e.g. concordância de número), ao passo que as áreas da fonética e da fonologia das variedades africanas do português estão praticamente por desbravar.³

² A Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) disponibiliza bibliografias atualizadas para cada uma destas variedades (<http://www.catedra-portugues.uem.mz>). Veja-se também Madeira (2008).

³ Apenas algumas descrições mais gerais (e.g. Gonçalves 1997; Mingas 2000) fazem breve referência a questões fonético-fonológicas. Duas exceções a esta regra são as teses de mestrado de Christofolletti

Tendo em conta o amplo espectro de variação linguística que caracteriza cada uma das variedades africanas do português, devido à variabilidade dos fatores sociolinguísticos que tipicamente caracterizam as variedades L2 (ou com um passado recente de L2), é importante determo-nos brevemente na questão dos dados utilizados para a sua descrição e análise. Ao abordar esta questão, Gonçalves (2013, 161) refere que

«[e]sta variabilidade [se] evidencia quer na maneira pouco regular e sistemática com que estes traços se manifestam na produção linguística dos falantes [...], quer na frequente falta de coerência entre as produções dos falantes, orais ou escritas, e os juízos de gramaticalidade que estes emitem quando submetidos a procedimentos experimentais, nomeadamente testes de gramaticalidade».

Por um lado, existem estudos que se baseiam, parcial ou integralmente, em produções escritas, nomeadamente obras literárias. A título ilustrativo, algumas obras de autores como Luandino Vieira ou Jofre Rocha, que procuram reproduzir o português popular de Luanda, têm sido utilizadas em diversos trabalhos sobre o português angolano (e.g. Mingas 2000; Chavagne 2005). Contudo, estes trabalhos literários não constituem fontes seguras para o estudo (representativo) da língua falada (Gonçalves 2013, 162). Nos estudos baseados em textos manuscritos, como cartas ou produções manuscritas em contexto escolar ou académico (e.g. Cabral 2005), será necessário distinguir questões relacionadas com o próprio processo de escrita de características de uma nova gramática. Os estudos baseados em testes (escritos) de produção provocada ou de juízos de gramaticalidade (e.g. Mapasse 2005; Justino 2011), que correspondem tipicamente a um momento de maior consciência linguística, permitem confirmar tendências observadas em dados orais (espontâneos).

Temos, por outro lado, os trabalhos sobre a gramática adulta das variedades africanas do português que privilegiam o uso de dados da oralidade, como por exemplo entrevistas espontâneas ou semiestruturadas, para caracterizar a variação e mudança. Estes dados devem, idealmente, corresponder a processos mais exigentes que conduzam à constituição de corpora pesquisáveis (gravações, transcrições, revisão, anotação, etc.), mas também incluem, com alguma frequência, dados de intuição ou dados que não foram registados em qualquer tipo de suporte. O *Panorama do Português Oral de Maputo* (Stroud/Gonçalves 1997–2000) e o *Corpus África* (oral e escrito) do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (e.g. Bacelar do Nascimento et al. 2008) são dois exemplos de projetos que deram um contributo importante para o estudo linguístico das variedades africanas do português. Existem também diversos outros corpora, recolhidos sobretudo no âmbito de teses (e.g. Chavagne 2005; Figueiredo 2010; R. Gonçalves 2010; Inverno 2011). Como as variedades africa-

(2013), sobre a realização de ditongos no português são-tomense, e de Vicente (2009), sobre a consciência fonológica em crianças moçambicanas.

nas do português ainda estão numa fase de mutação mais intensa do que o português europeu e o português brasileiro, reveste-se de especial importância a realização de novas recolhas que possam documentar a sua gradual estabilização.

Um grande número de estudos sobre as variedades africanas do português procura assinalar tendências de divergência da norma do português europeu. Em muitos casos, a robustez destas tendências requer confirmação baseada em estudos quantitativos que também tenham em conta o perfil sociolinguístico dos informantes. O grau de escolarização dos informantes é normalmente apontado como o principal fator de convergência com o português europeu. Gonçalves/Chimbutane (2004, 7) sintetizam esta questão da seguinte forma:

«[a] distribuição e frequência dos traços não-padrão no discurso dos falantes não é idêntica para todos os membros desta comunidade. Com efeito, à semelhança do que acontece com outras línguas ex-coloniais, o português moçambicano apresenta um amplo espectro de variação que inclui desde as subvariedades 'basilectais', mais distantes do padrão europeu, dos falantes com pouco contacto com a língua-alvo, até às subvariedades mais próximas deste padrão, dos falantes mais instruídos».

As línguas com que o português está em contacto em África apresentam tipologias distintas. Em termos de tipologia morfológica geral, os crioulos são línguas isolantes e as línguas bantu aglutinantes. No entanto, é importante realçar que entre os crioulos da Alta Guiné e os crioulos do Golfo da Guiné, por um lado, e entre as diversas línguas bantu, por outro, existem diferenças significativas em domínios gramaticais específicos, o que poderá condicionar a consolidação das gramáticas das variedades africanas do português de forma distinta. A devida exploração destas diferenças (e semelhanças) entre as línguas com que o português está em contacto em África permite compreender melhor o papel do contacto face a processos mais gerais relacionados com a variação e mudança. Nas secções seguintes, é nosso objetivo discutir alguns casos particulares à luz destas questões.

4.2 Morfossintaxe: concordância de número

Uma característica que é frequentemente referida ou aprofundada nos estudos sobre as variedades africanas do português envolve casos em que o uso de morfologia flexional nominal e verbal diverge dos padrões conhecidos no português europeu (e.g. Marques 1983; Gärtner 1989; Gonçalves 1997; Mingas 2000; Chavagne 2005; Figueiredo 2008; 2010; Petter 2008; Inverno 2009; 2011; Lopes/Baxter 2011; Brandão 2011; Jon-And 2011). Os estudos sobre o português angolano e o português moçambicano referem algumas tendências a nível da ausência de concordância sujeito-verbo, tais como o uso do verbo na terceira pessoa do singular em contextos que requerem a terceira pessoa do plural ou a primeira pessoa do singular no português europeu (e.g. Gonçalves 1997; Chavagne 2005), mas é na concordância nominal, e especialmente de

número, que se concentra a maioria dos estudos, sendo o método privilegiado o da sociolinguística variacionista.

Os estudos que analisaram corpora orais permitiram determinar que o cancelamento da marca de número, isto é, tipicamente o apagamento do *-(e)s* do plural, afeta 6,6% dos casos no português são-tomense (Brandão 2011), 13% no português moçambicano e 18% no português cabo-verdiano (Jon-And 2011). Naturalmente, estes resultados estão dependentes do perfil dos informantes: nos referidos estudos, os falantes do português são-tomense eram, em média, mais escolarizados do que os do português moçambicano e do português cabo-verdiano. A relevância da variável escolaridade fica, de resto, patente no referido estudo sobre o português são-tomense, uma vez que a média de 6,6% de cancelamento sobe para 23,5% se considerarmos apenas os informantes com 5 a 8 anos de escolaridade (ensino fundamental) e desce para 1,2% no subgrupo com 12 a 15 anos de escolaridade (ensino superior). Os estudos de Brandão e Jon-And concluíram, sem surpresa, que a variável escolaridade é determinante para os padrões observados, tal como a variável posição linear em relação ao núcleo do sintagma nominal, que prediz que a marcação do plural ocorre tendencialmente mais à esquerda. Dois outros estudos sobre a concordância em comunidades linguísticas específicas de S. Tomé, os tongas de Monte Café (Baxter 2004) e Almoxarife (Figueiredo 2008; 2010), também destacam a importância dessa última variável. No caso do português cabo-verdiano e do português são-tomense, também foi estabelecido que a animacidade do núcleo favorece a marcação de plural, privilegiando nomes com o traço [+humano] em detrimento de nomes com o traço [-humano].

O cancelamento da marca de número é, por vezes, relacionado com a situação de contacto entre o português e outras línguas, onde se encontram, na realidade, estratégias de pluralização bastante diversas. O uso de flexão de número nos crioulos da Alta Guiné é sobretudo condicionado pela animacidade e definitude do núcleo (Baptista 2007). Assim, nomes [+humano] com interpretação definida recebem marcação de plural por sufixação, a não ser que sejam precedidos por elementos flexionáveis (e.g. *omi/omis* ‘homem/homens’; *alguns omi* ‘alguns homens’; *nhas fidju* ‘meus filhos’); o número de nomes [-humano] tende a não ser marcado morfológicamente. Os crioulos do Golfo da Guiné, por sua vez, não apresentam qualquer marcação morfológica de número, recorrendo tipicamente a nomes simples em todas as posições sintáticas. Contudo, para informação que pode ser recuperada discursiva ou contextualmente, estes crioulos apresentam uma estratégia sintática com marca de plural pré-nominal (*inen* (e.g. *inen ome* ‘os homens’), que é obrigatoriamente acompanhada de outros modificadores nominais, em particular do dêitico pós-nominal *se*, quando o nome é [-humano] (e.g. *inen lanza se* ‘as (tais) laranjas’ vs. **inen lanza*) (cf. Alexandre/Hagemeyer 2007).

Nas línguas bantu, por outro lado, a marcação de número segue uma estratégia distinta que consiste na prefixação dos nomes em função de classes nominais que são guiadas, *grosso modo*, por princípios semânticos (e.g. Katamba 2003). Uma língua

bantu típica apresenta em torno de 18 classes nominais: 6 classes emparelhadas, que são compostas por pares singular-plural, e 6 classes não emparelhadas, entre as quais normalmente 3 classes locativas (Katamba 2003, 108). A título exemplificativo, o quimbundo apresenta um total de 18 classes nominais, das quais representámos as primeiras seis em (1). Por exemplo, a classe 1, com plural na classe 2, em (1a), inclui sobretudo nomes com o traço [+humano].

- (1) a. 1 *mú-thu* ‘pessoa’ 2 *á-thú* ‘pessoas’
 b. 3 *mù-xí* ‘árvore’ 4 *mi-xì* ‘árvores’
 c. 5 *dí-lôngà* ‘prato’ 6 *má-lôngà* ‘pratos’ (quimbundo, adapt. de Diarra 1990)

Diversos autores defendem que na aquisição do português angolano (Marques 1983; Gärtner 1989; Mingas 2000; Inverno 2011) e de algumas subvariedades historicamente ligadas a comunidades de contratados bantu em S. Tomé (Baxter 2004; Figueiredo 2008), a marcação de número mais à esquerda, especialmente na posição pré-nuclear adjacente ao núcleo, poderá indicar que há uma relação com sistema de prefixos de classe, dispensando a marcação de número por sufixação no núcleo do sintagma nominal (*os homem*). Em alguns trabalhos mais antigos sobre o português angolano, considerava-se, inclusive, que os artigos do português eram interpretados como prefixos de classe. Contudo, Jon-And (2011), na sua comparação entre o português cabo-verdiano e o português moçambicano, defende que, face à tipologia distinta de marcação do número no crioulo cabo-verdiano e nas línguas bantu, as semelhanças encontradas no domínio da marcação de número nestas duas variedades do português favorecem uma hipótese mais direcionada para processos universais que guiam o processo de aquisição L2.

Ainda em relação às línguas bantu, estas apresentam tipicamente sintagmas nominais de núcleo inicial, como ilustra o seguinte exemplo do quicongo (de São Salvador, no norte de Angola):⁴

- (2) O-ma-tadi ma-ma ma-mpembe ma-mpwena ...
 AUM-8-pedra 8-DEM 8-branco 8-enorme
 ‘Estas pedras brancas enormes...’ (quicongo, adapt. de Bentley 1887, 526)

Este exemplo do quicongo mostra o núcleo do sintagma nominal *tadi* ‘pedra’, com o prefixo da classe 8 (plural). A concordância de classe é marcada nos modificadores pós-nominais, aqui um demonstrativo e dois adjetivos. Como a noção de número é fundamental nestas línguas e a ordem de palavras do sintagma nominal distinta da do português, o cancelamento de número observado no português angolano e no

⁴ As siglas usadas neste capítulo são, por ordem alfabética: 1, 2, 8, 12, etc.=prefixos de classe nas línguas bantu; AUM=aumento (bantu); CONN=conector; CS=concordância de sujeito; DEF=definido; DEM=demonstrativo; FOC=foco; IMP=pronome impessoal; LOC=locativo; NEG=negação; OBJ=objeto; PAS=passivo; PL=plural; PST=passado; REL=relativo; SG=singular; T/A=tempo/aspecto.

português moçambicano dificilmente poderá ser considerado uma consequência direta do contacto.

4.3 Estrutura argumental dos verbos

As alterações às grelhas argumentais dos verbos também estão entre os aspetos linguísticos que mais têm sido realçados nos diversos trabalhos sobre o português em África. Estas alterações afetam frequentemente as preposições selecionadas, como mostram os seguintes exemplos do português moçambicano.⁵

- (3) Eu tinha de ir participar um curso na Suécia. (PM, Gonçalves 1997, 47)
- (4) Os pais escondem os filhos a verdade. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)
- (5) Foi na altura que eu separei com os meus pais. (PM, Gonçalves 1997, 49)
- (6) Ensina a criança respeitar aos pais. (PM, Gonçalves 1997, 47)

A ausência de preposição nos exemplos (3–4) tem como consequência a transitivização direta das grelhas argumentais dos verbos *participar* e *esconder*. Em (5), é selecionada uma preposição distinta daquela que é exigida pela norma do português europeu e no exemplo (6) verifica-se um caso de inserção de uma preposição. Os casos de omissão e substituição são mais frequentes nas variedades africanas do português do que os casos de inserção, mas coexistem tendências diferentes. Com base num corpus oral do português são-tomense, R. Gonçalves (2010) conclui que, em contextos desviantes da norma do português europeu, as omissões de preposições representam sensivelmente o dobro dos casos das substituições. Já num corpus de produções espontâneas, escritas, do português angolano Cabral (2005) verifica que há mais casos de substituição do que de omissão, o que se explica, em boa parte, pela substituição generalizada, nesta variedade, de *a* por *em*, que será tratada abaixo.

A reestruturação das grelhas argumentais com argumento dativo, como em (4) acima, também ocorre nas outras variedades africanas do português, como se mostra a seguir:

- (7) Entrega senhor uma cerveja. (PST, R. Gonçalves 2010, 34)
- (8) Ainda temos que pagar nos professores. (PA, Cabral 2005, 132)

⁵ Nos exemplos apresentados ao longo do texto, as siglas indicam a variedade a que o exemplo pertence: CCV=crioulo de Cabo Verde; CST=crioulo de S. Tomé; PA=português de Angola; PM=português de Moçambique; PST=português de S. Tomé e Príncipe.

À semelhança do português moçambicano, o português são-tomense, apresenta uma tendência clara para a construção de duplo objeto, apresentada em (7), que consiste na omissão do marcador dativo *a* que introduz o objeto indireto na norma do português europeu e na reorganização dos argumentos internos: o argumento correspondente ao objeto indireto, tipicamente um beneficiário com o traço [+humano] (os filhos, senhor), precede o objeto direto. Nestes contextos, o português angolano, por outro lado, apresenta uma solução em que o marcador de caso dativo *a* dá lugar à preposição *em* (8). Os estudos sobre o português moçambicano e português são-tomense (e.g. P. Gonçalves 2010; R. Gonçalves 2010) relacionam estas estruturas com o papel do contacto. Os exemplos em (9–10) mostram que as línguas bantu (do sul) de Moçambique, neste exemplo o changana, e o forro de S. Tomé apresentam a construção de duplo objeto.

- (9) Mamani a-nyik-ile [n'wana] [pawa]. (changana, P. Gonçalves 2010, 103)
 1.mamã CS-dar-PST 1.criança 5.pão
 'A mamã deu (algum) pão à criança.'
- (10) Sapatu ka da [ngê] [kalu n'ope]. (CST)
 sapato T/A dar pessoa calo LOC-pé
 'Os sapatos dão calos às pessoas.'

O português moçambicano e o português são-tomense divergem, no entanto, quanto à possibilidade de ocorrência de passivas dativas, uma construção correlacionada com a construção de duplo objeto em que o argumento correspondente ao objeto indireto é promovido a sujeito da frase. No português moçambicano e nas línguas bantu com que este está em contacto, as passivas dativas são legitimadas (cf. 11–12), ao passo que estas estruturas não estão atestadas no português são-tomense e no forro, reforçando a evidência a favor de uma análise de contacto.

- (11) Os filhos são escondidos a verdade. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)
- (12) N'wana a-nyik-iw-ile pawa. (changana, P. Gonçalves 2010, 106)
 1.criança CS-dar-PAS-PST 5.pão
 '*A criança foi dada pão.'

Em relação ao português angolano, a generalização da preposição *em* é referida por diversos autores (e.g. Marques 1983; Mingas 2000; Cabral 2005; Chavagne 2005), ocorrendo especialmente em estruturas com argumento dativo (cf. (8)) e verbos de movimento (e.g. *ir*, *vir*, *voltar*, *chegar*).

- (13) Vamos em casa. (PA, Chavagne 2005, 225)
- (14) quando ele veio na nossa terra [...] (PA, Chavagne 2005, 225)

Diversos autores atribuem este uso ao contacto com o quimbundo (Marques 1983; Mingas 2000). Tal como muitas línguas bantu, esta língua apresenta três prefixos de

classe locativos (e.g. Chatelain 1888–1889; Diarra 1990), com funções específicas, que se associam aos nomes. O prefixo locativo *ku-* do quimbundo (ou *ko-* do umbundo), da classe nominal 17, ocorre tipicamente com a ideia de interioridade (dentro de, em), com verbos de movimento e também precede o argumento dativo:

- (15) Mwene w-ala ku-bata (quimbundo, Mingas 2000, 75)
 ele CS-estar LOC-casa
 ‘Ele está em casa.’
- (16) Ndé ku-Palaia. (quimbundo, Chatelain 1894, 30)
 vai LOC praia
 ‘Vai à praia.’
- (17) Uvutuk’ê ku-itadi. (quimbundo, Chatelain 1894, 36)
 ele-voltar LOC-jardim
 ‘Ele volta ao jardim.’
- (18) a. Nga-bana ma-divulu ku-a-thu. (quimbundo, Afonso Miguel [c.p.])
 1SG.PST-dar 6-livro LOC-2-pessoa
 b. Nda-ka a-livulu ko-ma-nu. (umbundo, Félix Chinjengue [c.p.])
 1SG.PST-dar 6-livroLOC-2-pessoas
 ‘Dei os livros às pessoas.’

Em síntese, a reestruturação das grelhas argumentais face à norma do português europeu é um fenómeno que afeta todas as variedades africanas do português. As construções com dois argumentos internos (objeto direto e objeto indireto), em particular, parecem mostrar que o português se aproximou das estruturas gramaticais das línguas com que está em contacto.

4.4 Estratégias de relativização

Tal como as variedades portuguesa e brasileira, as variedades africanas do português apresentam contextos em que as estratégias de relativização se afastam das estratégias canónicas. Diversos trabalhos sobre o português moçambicano (e.g. Chimbutane 1996; Brito 2001) mostram que esta variedade parece privilegiar a estratégia resuntiva em relativas de objeto direto (19), de oblíquo (20) e de genitivo (21). Nestes casos, o antecedente da relativa é normalmente retomado por um pronome (clítico ou forte) cujos traços de género e número concordam com o antecedente.

- (19) Há passagens do texto que podemos vê-las. (PM, Chimbutane 1996, 241)
- (20) Havia rapazes que nós não brincávamos com eles. (PM, Chimbutane 1996, 245)
- (21) Os meios de transporte que vi os nomes deles são... (PM, Brito 2002, 330)

No contexto de relativas de sintagma preposicional nas variedades africanas do português estudadas em Alexandre/Gonçalves/Hagemeijer (2011a; 2011b), verifica-se uma maior incidência da estratégia cortadora – cf. (22)–(23) –, que se caracteriza pelo apagamento da preposição, tanto em contextos de sintagmas preposicionais selecionados (22) como de sintagmas preposicionais adjuntos (23).

(22) Há determinados trabalho que eu me envolvi. (PST, R. Gonçalves 2010, 144)

(23) Depois cheguei um momento que eu vi que era vazio. (PST, R. Gonçalves 2010, 131)

Nos dados do português são-tomense, observou-se uma percentagem de cortadoras mais elevada do que a de realizações canônicas (com arrastamento da preposição), seguindo, de resto, a tendência referida na secção anterior sobre o elevado número de casos de omissão de preposições nas grelhas de subcategorização. Em informantes menos escolarizados do português são-tomense foram ainda encontrados alguns exemplos da estratégia de cópia defetiva (Alexandre 2012), em que o antecedente da relativa é retomado por um pronome invariável que corresponde sempre à terceira pessoa do singular masculino, isto é, não partilha traços de género e número com o antecedente, como ilustra (24).

(24) A própria escola que eu estudei nele. (PST, Alexandre/Gonçalves/Hagemeijer 2011a, 18)

À exceção desta última estratégia, as estratégias cortadora e resuntiva também ocorrem no português europeu e no português brasileiro, sendo a cortadora de longe a mais comum (e.g. Tarallo 1985; Peres/Móia 1995; Alexandre 2000). Tem-se defendido que esta mudança convergente no domínio das relativas nas variedades de português está correlacionada com a generalização do relativizador *que*, em detrimento do uso de pronomes relativos que apresentam traços de concordância (*quem*, *cujo*, *qual*, etc.), pese embora *cujo* estar atestado nas relativas genitivas do português moçambicano (Brito 2001; 2002).

Nas línguas bantu, as relativas que não são de sujeito apresentam diferentes estratégias no que se refere à relação que é estabelecida entre o antecedente da relativa e a estrutura interna da relativa (e.g. Henderson 2007). Há línguas, como o zulu (África do Sul), em que o antecedente da relativa é sistematicamente retomado sob a forma de um prefixo de concordância de objeto (e.g. Cheng/Downing 2010). Embora não obrigatória, esta estratégia é também frequentemente utilizada numa língua com o changana.

(25) A ngwana_i ley_i ni-nga-yi-rhandza yi-f-ile.
 DEF 7.cão 7.DEM 1SG-REL-7-amar 7-morrer-PST
 ‘Este cão que amei morreu.’ (changana, adapt. de Duarte 2011, 89)

Nesta relativa de objeto, o antecedente da relativa *a ngwana ley* ‘este cão’, pertencente à classe nominal 7, é retomada sob a forma de um prefixo de concordância de objeto

da classe 7, *yí*, que precede o verbo (ou, mais precisamente, o radical verbal), resultando numa estrutura equivalente a ‘este cão que eu o amei morreu’. Nas línguas de Angola, nomeadamente no quimbundo e no umbundo, por outro lado, o antecedente da relativa não é retomado em contextos semelhantes.

- (26) Ó i-mbwá í-ngà-sùmbù. (quimbundo, adapt. de Diarra 1990, 32)
AUM 9-cão 9-1SG.PST-comprar ‘O cão que comprei.’

- (27) Tánga ú-kánda e-kamba ly-á-ngè ly-á-sonefia.
Ler 3-carta 5-amigo 5-CONN-POSS 5-REL-escrever
‘Leia a carta que o meu amigo escreveu.’ (umbundo, adapt. de Schadeberg 1990, 45)

Contudo, de acordo com Diarra (1990, 32), o quimbundo apresenta resunção em relativas de objeto quando o antecedente pertence à classe 1 (tipicamente humanos, no singular), como em (28).

- (28) Mù-thú ngá-mú-sàngè.
1-pessoa 1SG.PST-1-encontrar
‘A pessoa que encontrei.’ (quimbundo, adapt. de Diarra 1990, 33)
(isto é, ‘a pessoa que eu a encontrei’)

No que respeita a relativas de sintagma preposicional, verifica-se que as línguas bantu apresentam, de um modo geral, uma estratégia de resunção (Riedel 2010). Apresentamos, em (29), um exemplo do umbundo.

- (29) Ava òma-nù ndá-vangw-ílé la-vó.
DEM 2.pessoa 1SG.REL-falar-PST com-3PL
‘Estas são as pessoas com quem falei.’ (umbundo, adapt. de Schadeberg 1990, 46)
(isto é, ‘estas são as pessoas que falei com elas’)

Uma análise detalhada das propriedades dos diferentes tipos de relativas do português angolano e do português moçambicano em contraste com as línguas bantu com que estas variedades estão em contacto permitirá avaliar melhor a importância do contacto. Se efetivamente se verificar uma tendência mais acentuada para pronomes resuntivos no português moçambicano do que no português angolano (e em outras variedades do português), a estrutura das relativas das línguas bantu na zona oriental, onde a estratégia de resunção é generalizada, poderá estar na origem deste contraste.

Em relação aos crioulos portugueses em África, os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné não apresentam resunção em relativas de objeto e a estratégia típica das relativas de sintagma preposicional é a da cópia defetiva (e.g. Alexandre/Hage-meijer 2013), conforme ilustrada para o crioulo de S. Tomé em (30) e (31) respetivamente.

- (30) [...] zo xi ê na sa ngê se ku a kônsê fa ... (CST)
 então se 3SG NEG ser pessoa DEM REL IMP conhecer NEG ...
 ‘...então se não é uma pessoa que conhecem...’

- (31) Inen mwala se ku Zon fla ku ê sa ke. (CST)
 PL mulher DEM REL João falar com 3SG estar casa
 ‘As mulheres com quem o João falou estão em casa.’

No exemplo (31), o antecedente plural da relativa, *inen mwala se*, é retomado pela terceira pessoa do singular *ê*. Note-se que, nestes casos de relativização do sintagma preposicional, o crioulo de Cabo Verde (variantes de sotavento) apresenta variação entre a estratégia da cópia defetiva e a resuntiva (Alexandre 2012).

Em suma, no domínio da relativização, as variedades africanas do português recorrem essencialmente às mesmas estratégias que caracterizam o português europeu e o português brasileiro e à mesma tendência de generalização do relativizador *que*, sendo a variação mais uma questão quantitativa do que qualitativa. Apesar destas tendências convergentes, parece haver espaço para um efeito moderado de contacto, tendo em conta a ocorrência de relativas resuntivas de objeto no português moçambicano e de relativas de cópia defetiva no português são-tomense.

4.5 Objetos pronominais

Nesta secção analisaremos dois aspetos dos objetos pronominais e a sua relação com crioulos e línguas bantu, designadamente a forma do objeto pronominal, que será discutida em 4.5.1, e a sintaxe destes objetos, que será abordada em 4.5.2.

4.5.1 Forma dos objetos pronominais

As descrições do português angolano e do português moçambicano assinalam uma tendência para o uso do clítico dativo *lhe(s)* em contextos acusativos (e.g. Gonçalves 1990; 2004; 2010; Mingas 2000; Miguel 2003; Chavagne 2005; Mapasse 2005), como mostram os seguintes exemplos.

- (32) [...] se eu lhe encontrar, eu lhe reconheço. (PA, Chavagne 2005, 227)

- (33) Elogiaram-lhe. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)

Apesar da semelhança superficial entre estas duas variedades, os mecanismos que estão na origem desta propriedade são distintos. No português moçambicano, a ocorrência do clítico dativo resulta de uma alteração da estrutura argumental de verbos transitivos diretos que consiste na inserção do marcador casual *a* quando o objeto é [+humano].

- (34) Eles elogiaram a uma pessoa. (PM, P. Gonçalves 2010, 100)

Esta reestruturação das grelhas argumentais, isto é, a inserção de *a*, não se observa no português angolano, onde o clítico *lhe(s)*, muitas vezes realizado como *le(s)* (e.g. Miguel 2003), funciona como uma forma única para os contextos acusativo e dativo. No português são-tomense, as tendências são menos claras, mas esta variedade, mais do que o português angolano e o português moçambicano, privilegia a ocorrência de pronomes fortes em vez de clíticos.

- (35) Porque em muitos momentos não fico psicologicamente preparado para falar o crioulo forro, respondi ele em nosso português. (PST, Gonçalves 2009)

Esta tendência é mais acentuada no caso do complemento direto, visto que há outras estratégias que concorrem para a realização dos complementos indiretos, nomeadamente o uso de *a* ou *para* (e.g. *vendi a/para ele*). Uma consequência direta desta variação observada nas variedades africanas do português traduz-se numa tendência de perda dos clíticos acusativos *o(s)*, *a(s)*.

No domínio dos clíticos reflexos, as variedades africanas do português também apresentam características que as distanciam do português europeu. Em todas elas, observa-se uma tendência para a supressão dos pronomes reflexos, especialmente quando estes são clíticos inerentes (Mendes/Estrela 2008). Esta tendência já tinha sido observada para o português moçambicano (e.g. Gonçalves 1996, 317s.), como em (36), e é particularmente acentuada no português são-tomense (cf. (37)). Embora a supressão do clítico reflexo também esteja documentada para o português angolano (Chavagne 2005, 257; Mendes/Estrela 2008), vários autores referem, para esta variedade, uma generalização do pronome reflexo *se* para as outras pessoas do paradigma, como em (38–39) (e.g. Miguel 2003; Chavagne 2005; Inverno 2011).

- (36) A tal namorada foi queixar ao pai. (PM, Gonçalves 1996, 317)

- (37) Com o tempo, tornei resistente. (PST)

- (38) Nós conseguimos se entender (PA, Inverno 2011, 181)

- (39) Eu não se mexi (PA, Miguel 2003, 75)

Nas línguas bantu, os objetos direto e indireto pronominalizados são representados por prefixos idênticos que ocorrem imediatamente à esquerda do radical verbal.

- (40) Kàbhúlú ka-mũ-bhit-île. (quimbundo, adapt. de Miguel 2003, 55)
12.lebre 12-1-ultrapassar-PST
'A lebre ultrapassou-o.'

- (41) Nga-mu-bane ma-honjo. (quimbundo, adapt. de Mingas 2000, 71)
 1SG.PST-1-dar.PST 6-banana
 ‘Eu dei-lhe (algumas) bananas.’

Nos casos em que os verbos do português apresentam um pronome reflexo inerente (e.g. *rir-se*, *deitar-se*), as línguas bantu não apresentam morfologia específica. A reflexividade é normalmente marcada com verbos transitivos, isto é verbos que em português licenciariam um pronome reflexo argumental, sob a forma de um prefixo invariável que, à semelhança dos prefixos de objeto, ocorre na posição pré-radical verbal, exemplificado em (42) para as formas do singular.

- (42) a. ngi-di-sukula. ‘Eu lavo-me.’ (quimbundo, adapt. de Miguel 2003, 56)
 b. u-di-sukula. ‘Tu lavas-te.’
 c. wa-di-kwama. ‘Ele(ela) magoa-se.’

Tal como nas línguas bantu, os pronomes de objeto direto e indireto de terceira pessoa do singular nos crioulos apresentam formas idênticas, apresentando-se como formas enclíticas:

- (43) Bu pintxa-l. / Bu da’l dos txabi. (CCV)
 (44) Bô pins’e. / Bô d’e dôsu sabi. (CST)
 2SG empurrar-3SG / 2SG dar-3SG dois chave
 ‘Empurraste-o/a.’ / ‘Deste-lhe duas chaves.’

Nestes crioulos, alguns verbos apresentam uma estratégia reflexiva nominal, que recorre às palavras ‘cabeça’ e ‘corpo’ como elemento de reflexivização. Trata-se, em geral, de verbos que são inerentemente transitivos, isto é, verbos que dispõem de uma posição argumental, como em (45) e (46). Nestes crioulos não existe, de resto, um paradigma reflexivo correspondente aos clíticos inerentes do português – cf. (47)–(48).

- (45) E mata (si) kabesa. (CCV, Quint 2000, 177)
 3SG matar DEM cabeça
 ‘Ele suicidou-se.’
 (46) [...] pa ê na ngana ubwê dê. (CST)
 para 3SG NEG enganar corpo DEM
 ‘...para que ele não se enganasse.’
 (47) Bu xinta. / Bu ri. / Bu deta. (CCV)
 (48) Bô tason. / Bô li. / Bô deta. (CST)
 ‘Tu sentaste-te.’ / ‘Tu riste-te.’ / ‘Tu deitaste-te.’

Conclui-se que a perda dos clíticos acusativos nas variedades africanas do português não pode ser considerada uma consequência direta do contacto, uma vez que as